REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**Avaliação Final do Governo de Moçambique ao
Desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs)
em 2011**

Revisão Anual 2012

Maputo, 27 de Abril de 2012

Índice

Sumário Executivo	4
1. Introdução e Metodologia	8
1.1. Introdução.....	8
1.2. Metodologia	9
2. Avaliação do Grupo.....	11
2.1. Avaliação quantitativa (com relação ao QAD 2011)	11
2.1.1. PAPs sem Membros associados	11
2.1.2. PAPs com Membros associados	14
2.2. Evolução do Volume da Ajuda e a Composição do Portefólio	15
2.3. Avaliação qualitativa do desempenho dos PAPs.....	22
2.3.1. Geral.....	22
2.3.2. Fundos Comuns.....	26
2.4. Avaliação Final do Grupo dos PAPs	28
3. Avaliações Individuais	28
3.1. Ordenamento geral dos PAPs por pontos	28
3.2. Ordenamento geral dos PAPs por tamanho.....	31
3.3. Alemanha.....	35
3.4. Áustria	36
3.5. Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).....	38
3.6. Banco Mundial (BM)	40
3.7. Bélgica.....	42
3.8. Canadá	44
3.9. União Europeia (UE).....	45
3.10. DFID	47
3.11. Dinamarca	49
3.12. Espanha.....	51
3.13. Finlândia	53
3.14. França	54
3.15. PAÍSES BAIXOS.....	56
3.16. Irlanda.....	58
3.17. Itália	60
3.18. Noruega	62
3.19. Portugal	63
3.21. Suíça	65
3.20. Suécia.....	67
3.22. Nações Unidas (NU).....	69
3.23. USAID.....	71
4. Comentários Finais e Conclusões	73

ACRÓNIMOS:

AGO:	Apoio Geral ao Orçamento
AT:	Autoridade Tributária
CFMP:	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CUT:	Conta Única do Tesouro
CT:	Cooperação Técnica
DP:	Declaração de Paris
DFID:	Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
FC:	Fundos Comuns
GdM:	Governo de Moçambique
GFP:	Gestão de Finanças Públicas
M&A:	Monitoria e Avaliação
MdE:	Memorando de Entendimento
MF:	Ministério das Finanças
MPD:	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MA:	Membros Associados
MEO:	Módulo de Operação Orçamental
NU:	Nações Unidas
N/A:	Não aplicável
N/D:	Não disponível
ODA:	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
ODAMOZ:	Base de Dados da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para Moçambique
OECD:	Organização Económica para o Desenvolvimento
OECD-DAC:	Comité de Assistência ao Desenvolvimento
OSC:	Organizações da Sociedade Civil
PAPs:	Parceiros de Apoio Programático
PARP:	Plano de Acção para de Redução da Pobreza
PARPA:	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PBA:	Abordagem Baseada em Programas
PD:	Parceiros de Desenvolvimento
PEFA:	Despesa Pública e Responsabilidade Financeira
PARP:	Plano Estratégico de Redução da Pobreza
PQG:	Plano Quinquenal do Governo
QAD:	Quadro de Avaliação de Desempenho
SISTAFE:	Sistema de Administração Financeira do Estado
TA:	Tribunal Administrativo
UGBs:	Unidades Gestoras Beneficiárias
UFSA:	Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições
UGEA:	Unidade Gestora e Executora de Aquisições
UIPs:	Unidades de Implementação de Projectos Paralelos
USAID:	Agência Americana de Desenvolvimento Internacional

ANEXOS:

- Anexo 1: PAPs QAD 2011
- Anexo 2: Resumo do desempenho do grupo em 2011
- Anexo 3: Composição do Portefólio
- Anexo 4: Harmonização e condicionalismos
- Anexo 5: Utilização dos sistemas de gestão de finanças do GdM
- Anexo 6: Trabalho conjunto
- Anexo 7: Unidades de Implementação de Projectos Paralelos (UIPs)
- Anexo 8: Cooperação Técnica
- Anexo 9: Impostos
- Anexo 10: Questionário dos PAPs

Sumário Executivo

O presente documento apresenta os resultados da sétima avaliação anual do desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) em Moçambique no quadro do Memorando de Entendimento (MdE) celebrado entre o Governo de Moçambique (GdM) e os PAPs e constitui parte integrante do processo de prestação de contas mútua entre o GdM e os PAPs.

As partes substantivas do relatório incluem a análise do grupo dos PAPs, com e sem membros associados; a avaliação individual dos PAPs; a análise das tendências de desempenho dos PAPs, com e sem membros associados; e uma série de anexos com a informação estatística detalhada que foi usada para a avaliação. Outras secções do relatório explicam a metodologia utilizada e resumo das principais conclusões e recomendações.

Avaliação Quantitativa dos PAPs

Com base na informação disponível pode-se concluir que, comparado com o ano 2010, o desempenho dos PAPs registou uma ligeira queda na pontuação do grupo, como um todo, em 1 ponto percentual (de 20 pontos, em 2010 passou para 19 pontos, em 2011), o que representa 53% da pontuação máxima de 36 pontos requeridos.

Em termos globais, das 19 metas avaliadas, o desempenho mostra o seguinte:

- 6 metas (Indicadores 1b, 8, 10, 12 a&b, 20) foram atingidas, equivalendo a 37% do total das metas (contra 37% em 2010);
- 4 metas (Indicadores 2, 5, 12c e 15) registam progressos, todavia sem alcançarem as metas, o que corresponde a 21% (contra 16% em 2010);
- 8 metas (Indicadores 1a, 3, 4, 9, 13, 16 a & b, 19 e 21) registam um declínio no seu desempenho, equivalendo a 42%(contra 47% em 2010);.

Consequentemente, e na base das metas alcançadas e em progresso, ou seja, avaliação quantitativa, o desempenho dos PAPs em 2011 posicionou-se no parâmetro **“Médio baixo”**.

Da análise desagregada por componentes do Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) dos parceiros resulta o seguinte desempenho:

Quanto a **Composição do Portefólio**, os PAPs melhoraram o seu desempenho em relação a 2010, pois a percentagem da mobilidade do Apoio Geral ao Orçamento (AGO), na composição da ajuda total ao GdM incrementou de 38%, em 2010 para 43%, em 2011, o que representa um sobrecumprimento de pontos percentuais em relação a meta de 40%. De referir que, esta cifra corresponde, pela primeira vez, a um grande salto positivo comparativamente aos anos anteriores. Todavia, é de registar que a percentagem da ajuda programática no total da ajuda ao GdM (AGO + FC + Projectos) manteve-se em 72% quer, em 2010 quer, em 2011.

No que diz respeito a **Previsibilidade**, GdM nota-se que o desempenho dos PAPs em 2011 melhorou ligeiramente comparado com 2010. Não obstante melhorias significativas no campo dos desembolsos, onde apenas 7 PAPs não cumpriram com o calendário, contrariamente ao ano de 2010, onde 11 PAPs não haviam cumprido, o que mostra um progresso assinalável. Contudo, permanece como o desafio para os PAPs em cumprirem na íntegra com o calendário dos desembolsos. De notar que, o número de PAPs sem acordos multianuais para AGO de 3 anos continua o mesmo, ou seja 2 PAPs. Igualmente, em 2011

não se registou melhorias relativamente ao número de PAPs que anunciaram os compromissos para AGO atempadamente, mantendo-se no nível de 3 PAPs.

No que concerne ao **Alinhamento e Harmonização**, constata-se uma melhoria no uso dos sistemas nacionais nomeadamente, no uso dos procedimentos de execução orçamental e de auditoria. Todavia, continua presente o desafio de uso dos sistemas nacionais de procurement e relatórios financeiros.

Relativamente ao **Reforço da Capacidade**, o desempenho registou um declínio quando comparado com o ano transacto. Os PAPs não cumpriram com a meta das missões conjuntas e o seu desempenho retrocedeu de 21%, em 2010 para 20%, em 2011. O número total das missões incrementou de 85, em 2010 para 137, em 2011. Igualmente, o número total de unidades de implementação de projectos aumentou para 23, em 2011 (contra a meta de 10).

De referir que, estes incrementos reflectem melhorias na recolha de dados por parte de um dos PAPs (Banco Mundial), que reportou 50 missões individuais e 16 UIPs que não foram registadas na avaliação de 2010.

Ainda no âmbito dos indicadores referentes a proporção de cooperação técnica, destaca-se a evolução positiva na percentagem técnica coordenada que passou de 37%, em 2010 para 64%, em 2011 (contra meta de 55%), sendo este o único indicador atingido na componente do reforço da capacidade.

Dados sobre os fluxos da ajuda em 2011

Em relação a **evolução da ajuda** dos 21 parceiros (PAPs e Associados) constatou-se que o volume total aumentou de **1,673** milhões de USD, em 2010, para **1,728** milhões de USD, em 2011, o correspondente a um incremento percentual de 3%, e em termos absolutos de cerca de 55 Milhões de USD. De referir que, excluindo os Membros associados, o volume total (dos 19 parceiros) diminuiu em 194 Milhões de USD, representando um decréscimo de 14% (2010: 1.35 milhões de USD e 2011: 1.16 milhões de USD). De salientar, o crescimento notável da contribuição providenciada pelos membros associados que representa 33% do total da ajuda desembolsada em 2011 pelos PAPs e Associados. Em termos absolutos equivale a 572 Milhões de USD desembolsados pelos parceiros associados contra os cerca de 323 desembolsados em 2010.

Avaliação Qualitativa dos PAPs

Na análise qualitativa, o GdM é de parecer que durante o ano de 2011 o progresso registado no desenvolvimento da parceria com os PAPs foi mais tranquila comparativamente ao ano de 2010 onde se intensificou o diálogo em torno da matriz de Março. Todavia, o GdM manifesta sua preocupação em relação ao aumento de condicionalismos por parte de alguns parceiros no que concerne ao volume da ajuda ligada a “Tranche Variável”. No que parecia ser uma excepção assistiu-se a um incremento de números de parceiros que pretendem utilizar o sistema de “Tranche Variável”.

Outrossim, o ano 2011 foi caracterizado pelo anúncio da retirada da mobilidade de Apoio Geral ao Orçamento de dois parceiros Bélgica e Holanda. Perante esta situação e aos impactos que podem trazer no fluxo de ajuda nesta modalidade, o GdM espera que este procedimento não constitua um precedente para os outros seguirem o mesmo caminho, pelo que encoraja o reforço da ajuda nesta mobilidade.

Constitui ainda desafio para os PAPs o contínuo uso dos sistemas nacionais, bem como a canalização da ajuda através da Conta Única do Tesouro e do e-SISTAFE.

Avaliações individuais dos PAPs

Para as avaliações individuais dos PAPs foi aplicada a mesma metodologia utilizada nos anos anteriores, exceptuando o facto de o GdM ter decidido agregar dois incentivos aos PAPs, sendo um para os que conseguiram incrementar o seu volume de ajuda total para Moçambique com mais de 10% e outro para os que conseguiram actualizar os seus dados na Base de Dados ODAMOZ ao longo do ano 2011 conforme estipulado no Manual de ODAMOZ. Os Países que conseguiram melhorar a sua classificação através dos incentivos são BAD, Bélgica, França e Noruega.

Constata-se que 10 dos 21 Parceiros melhoraram o seu desempenho em 2011 comparado com o ano de 2010, o que representa 48%, dos seus membros. Destaca-se neste conjunto, o DFID que obteve a pontuação máxima de 36 pontos, seguidos da Irlanda (35), Canadá (33) e Espanha (33). Os demais 11 Parceiros (52%), registaram um decréscimo na sua pontuação (sem incentivos).

Conclusão sobre a avaliação geral dos PAPs

Combinada a avaliação quantitativa e qualitativa aos PAPs o seu desempenho é considerado como sendo “**Satisfatório**”, ou seja, o mesmo que registado em 2010. De notar que, esta classificação é, em parte, fundamentada pela melhoria na recolha de dados mais realística comparada com o ano 2010 de um grande doador que influencia os resultados finais e não representa, necessariamente, uma mudança estratégica do fluxo da ajuda.

Assuntos de Atenção Especial

Assim, na base da informação que serviu de suporte ao processo de avaliação aos PAPs, o GdM propõe recomendar a incorporação dos seguintes assuntos de atenção especial, no Aide Memoire da Reunião Anual de 2011:

- i. Aprimorar o assunto de previsibilidade no âmbito dos desembolsos atempados, tanto para Apoio Geral ao Orçamento como no âmbito dos Fundos Comuns;
- ii. Incrementar o uso dos sistemas nacionais (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), em particular para a mobilidade dos projectos;
- iii. Prestar maior atenção ao objectivo do reforço das capacidades (incluindo a redução das Missões individuais e o número de UIPs);
- iv. Aprimorar, em conjunto, a estrutura dos grupos de trabalho previsto no Memorando de Entendimento à nova abordagem do PARP 2011-2014, com objectivo de reduzir o número dos Grupos de Trabalho e os custos de transacção envolvidos;
- v. Estabelecer um mecanismo claro e transparente de gestão da “Tranche Variável”;
- vi. Elaborar, em conjunto, um novo Quadro de Avaliação dos Parceiros com as respectivas Notas Técnicas para o QAD dos PAPs, com objectivo de melhorar a qualidade das avaliações e monitorar a eficácia da Ajuda;
- vii. Providenciar maior atenção a qualidade da informação prestada na Base de Dados ODAMOZ (mais especificamente com referência às Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs, Fonte de Recursos, etc);
- viii. Participar activamente na elaboração do Plano de Acção sobre a implementação dos compromissos assumidos no IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, realizada em Busan;

- ix. Prestar apoio multiforme ao processo de elaboração do Código de Conduta previsto na Política de Cooperação Internacional;
- x. Melhorar o fluxo de comunicação e entendimento público sobre os assuntos da eficácia da ajuda pela via de diálogos informais e realização de seminários.

1. Introdução e Metodologia

1.1. Introdução

A presente avaliação é genuinamente a primeira a ser realizada integralmente pelo GdM¹ no que tange ao desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) em Moçambique sobre o Apoio Programático, sendo um exercício de prestação de contas mútua entre o GdM e PAPs.

À semelhança dos relatórios de desempenho dos PAPs dos últimos dois anos (2009 e 2010), a avaliação do desempenho de 2011 inclui, além dos 19 PAPs, 2 membros associados nomeadamente as Nações Unidas (NU) e a USAID.

De salientar que os membros associados não fornecem Apoio Geral ao Orçamento do Estado (AGO), sendo que o seu apoio a Moçambique direccionado maioritariamente para projectos. A inclusão dos membros associados muda substancialmente os resultados da análise quando é comparada com a análise aos PAPs. Pese embora, as diferenças, o modelo de avaliação dos membros associados foi igual a dos PAPs. Sendo assim, o valor acrescentado dos membros associados a participarem nesta avaliação é o de permitir comparar a sua evolução ao longo dos anos.

No entanto, esta terceira avaliação aos membros associados deve ser entendida no seu contexto próprio, nomeadamente: (i) verificar onde é que os associados se encontram no processo de harmonização e alinhamento *vis-à-vis* aos PAPs; e (ii) a aquisição de experiências para melhor enquadrar os membros associados no processo de avaliação mútua.

Não menos importante vale realçar que a inclusão dos membros associados evidência cinco aspectos, nomeadamente: (i) quão diferentes são as práticas de ajuda externa; (ii) quão menos alinhada e harmonizada é a ajuda externa global comparada exclusivamente com a fornecida pelos PAPs; (iii) quão importante é alargar o processo de avaliação mútua e a experiência de alinhamento e harmonização – até onde for possível – a todos os parceiros e outros parceiros de cooperação fundamentais do GdM; (iv) quão importante é a adaptação do sistema de avaliação de desempenho às condições e características dos diferentes parceiros (principalmente dos que não são PAPs).

À semelhança das avaliações anteriores, a de 2011 também foi organizada de acordo com o Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) dos PAPs, pois este incorpora os compromissos do grupo dos PAPs e de cada PAP individualmente perante o GdM e a sociedade moçambicana. O QAD/PAP é centrado em processos, e inspirado na Declaração

¹ A primeira avaliação foi realizada em 2005 por uma equipa composta por Tonny Killick (chefe da equipa), Carlos Castel-Branco e Richard Gester (*T. Killick, C. Castel-Branco and R. Gester. 2005. Perfect Partners? The Performance of Programme Aid Partners in Mozambique 2004*). A segunda avaliação foi realizada em 2006 por uma equipa da Ernst & Young chefiada por Carlos Castel-Branco (*Ernst & Young. 2006. Review of PAP' Performance in 2005 and PAP' QAD Matrix Targets for 2006*). A terceira avaliação foi realizada em 2007 por uma equipa composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Nelsa Massingue e Tonecas Rafael (*C. Castel-Branco (with research support from N.Massingue and T.Rafael). 2007. Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2006*). A quarta avaliação foi realizada em 2008 por uma equipa do IESE composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Carlos Vicente e Nelsa Massingue (*C.Castel-Branco, C.Vicente and N.Massingue. 2008. Mozambique Programme Aid Partner Review 2007*). A quinta avaliação foi realizada em 2009 por uma equipa do IESE composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Rogério Ossemame, Nelsa Massingue e Rosimina Ali (*C. Castel-Branco, R. Ossemame, N. Massingue and R. Ali. 2009. Estes relatórios podem ser descarregados do website dos Parceiros de Ajuda Programática www.pap.org.mz; a sexta avaliação foi realizada em 2010 por uma equipa do MPD e da KPMG. A sétima avaliação foi realizada em 2011 pela equipa do MPD. Estes relatórios podem ser descarregados no sítio do MPD,*

de Paris sobre a eficácia da ajuda externa e pela experiência moçambicana contudo, não cobre todos os aspectos, ângulos, áreas e temas que podem ser discutidos acerca da ajuda externa em Moçambique.

O GdM está consciente destas limitações, pelo que este relatório se limita a avaliar o desempenho sobre os compromissos e indicadores do QAD e não tem a intenção de ser uma avaliação completa da experiência da ajuda externa em Moçambique em 2011. Não obstante, ter sido elaborado pelo MPD, este relatório reflecte o posicionamento do GdM. As partes relevantes do relatório incluem a análise do grupo dos PAPs, com e sem membros associados, a avaliação individual dos PAPs, a análise dos Fundos Comuns e as tendências de desempenho dos PAPs, com e sem membros associados e uma série de anexos com a informação estatística detalhada que foi usada para a avaliação.

As outras secções do relatório explicam a metodologia utilizada e as principais conclusões e recomendações.

1.2. Metodologia

Para a realização desta avaliação, foi adoptada a metodologia de colecta de informação através de um questionário que foi enviado aos parceiros no dia 06 de Fevereiro de 2012.

Elaborou-se um questionário quantitativo e outro qualitativo para todos os PAPs e membros associados. O questionário quantitativo foi baseado nos indicadores do QAD dos PAPs e inclui informação adicional que permite ao GdM e aos PAPs identificar as diferentes aplicações da ajuda externa. O questionário qualitativo contém perguntas de referência que incidem sobre a avaliação da evolução da cooperação, relação entre GdM e PAPs, e entre os PAPs em 2011, a avaliação do desempenho dos PAPs, a identificação e discussão dos desafios para o futuro.

De referir que, o QAD dos PAPs tal como foi aprovado na Reunião da Planificação de 2010 contém 23 metas (1 a e b, 2, 3 a e b, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 a-b e c, 13, 15, 16 a e b, 18, 19, 20, 21). De sublinhar que, não foram avaliados todos os indicadores pela metodologia estabelecida. Com efeito, os indicadores 6, 7, 11, 14 e 17 não fazem parte da avaliação por diversas razões. Com o objectivo de poder comparar os resultados obtidos com os do ano passado decidiu-se analisar os 19 indicadores avaliados anualmente (Vide anexo 1 QAD dos PAPs 2011 preenchido com os 19 indicadores).

No decorrer do processo, realizou-se no dia 17 de Fevereiro de 2012 no Ministério da Planificação e Desenvolvimento uma sessão técnica na qual foram convidados os PAPs e membros associados com objectivo de esclarecer algumas dúvidas sobre o preenchimento do questionário. Após a recepção dos questionários e a consolidação dos dados, foram realizadas seis (6) entrevistas individuais com os membros da TROIKA + (Canadá, Dinamarca, DFID, Banco Mundial e União Europeia) e a Holanda.

O relatório de 2011 inclui ainda a componente de uma análise dos Fundos Comuns. A inclusão da análise dos Fundos Comuns se justifica pela importância do volume da ajuda, número de sectores e agências de desenvolvimento envolvidos nos mesmos em 2011 (30% da ajuda ao GdM em 2011 – informação dos PAPs). A apreciação dos Fundos Comuns sobre a ajuda visa oferecer uma análise mais qualitativa o que acrescenta valor a avaliação numérica dos fluxos de ajuda.

Os Termos de Referência da Revisão Anual 2012 indicam também que os Grupos Temáticos devem reportar sobre o desempenho dos Parceiros na sua respectiva Área Temática.

De referir que, todos os valores apresentados neste documento são exprimidos em Dólares Americanos e foram aplicadas as taxas de câmbio medio de 2011 do Banco de Moçambique².

² As taxas de câmbio aplicadas são: Dólar Canadiano: 0.99; Franco Suíço: 0.89, Corone Dinamarquês: 5.6, Corone Suécia: 6.47 e Euro: 0.72

2. Avaliação do Grupo

2.1. Avaliação quantitativa (com relação ao QAD 2011)

2.1.1. PAPs sem Membros associados

Avaliação por componente

No que concerne a **Composição do Portefólio** (indicadores 1a, b e 2), os PAPs como grupo registaram um desempenho positivo no primeiro indicador sobre percentagem da modalidade do Apoio Geral ao Orçamento (AGO), na composição da ajuda total ao GdM incrementou de 38%, em 2010 para 43%, em 2011, o que representa um sobrecumprimento de pontos percentuais em relação a meta de 40%. É de se destacar que, 2011 é o primeiro ano em que os PAPs conseguiram atingir a respectiva meta desde que se iniciou o processo de avaliação do desempenho dos Parceiros.

Em contrapartida, o indicador 2 referente a percentagem de Ajuda Programática, os PAPs ainda não conseguiram alcançar a meta estabelecida de 75%, mantendo-se com 72% do seu apoio sendo desembolsado através da modalidade de ajuda programática.

Tabela 1: Avaliação do desempenho dos PAPs - composição do portefólio 2011

Nr.	1 ^a	1b	2
INDICADOR	PAPs individuais contribuem com pelo menos 40% para o AGO	% AGO	% ajuda programática
Meta Grupo 2011	SIM	40%	75%
Realizado grupo 2011	NÃO	42.82%	72%
Pont. grupo 2011	0	3	2
Realizado grupo 2010	NÃO	38%	72%

Relativamente a **Previsibilidade**, monitorada pelos indicadores 3 a 10, o desempenho geral dos PAPs foi misto, dado que melhoraram o desempenho no âmbito dos desembolsos para AGO, mantiveram o mesmo padrão nos compromissos para AGO e decresceram nos condicionalismos se comparado com o ano de 2010.

Quanto a **previsibilidade a curto prazo** captados nos indicadores 3 e 4, destaca-se que 2 PAPs não têm acordos multi-anuais de 3 anos ou mais para AGO e 3 PAPs não conseguiram dar os seus compromissos atempadamente para 2012, (Alemanha, Holanda e Noruega). De referir que, apenas 7 PAPs não conseguiram desembolsar no mês anunciado segundo o calendário dos desembolsos, o que representa uma melhoria significativa comparado com 2010, no qual 12 PAPs não cumpriram.

No que tange ao indicador 8, que monitora a previsibilidade a médio prazo, este foi cumprido em 100%, tal como nos anos passados. Analisando os condicionalismos nota-se que o indicador sobre a aderência dos PAPs aos condicionalismos comuns do Memorando de Entendimento, não foi cumprido.

Tabela 2: Avaliação do desempenho dos PAPs – previsibilidade 2011

Nr.	3		4		5		8	9	10
INDICADOR	Acordos multi-anuais > 3 Anos		Compromissos no ano n para o ano n+1		Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado		Compromissos para o CFMP	Aderência dos PAPs ao condicionamento comum do AGO	Nr. PAPs sem exceções no Anexo 10
Meta Grupo 2011	100%		100%		100%		75%	100%	17
Realizado grupo 2011	89 %	2 PAP não cumpriram	84 %	3 PAPs não cumpriram	63 %	7 PAPs não cumpriram	100%	95%	17
Pont. grupo 2011	1		1		1		2	1	1
Realizado grupo 2010	89 %	2 PAPs não cumpriram	84 %	3 PAPs não cumpriram	11 PAPs não cumpriram		100%	100%	17

No que concerne ao **Alinhamento e Harmonização**, (Indicadores 12 a 15) o desempenho também cresceu, todavia, e mais especificamente nos indicadores relacionados com a utilização de sistemas do GdM. Destaca-se que, 2 dos 5 indicadores foram cumpridos o que representa uma melhoria (Indicadores 12 a e 12 b). É de referir que o grupo desembolsou 82% do AOD usando os procedimentos nacionais de execução orçamental. Entretanto, permanece o desafio do uso dos sistemas nacionais de procurement e dos relatórios financeiros.

Tabela 3: Avaliação do desempenho dos PAPs – Alinhamento e Harmonização 2011

Nr.	12a	12b	12c	13	15
INDICADOR	% do AOD que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental	% do AOD auditada usando os procedimentos nacionais de auditoria	% do AOD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	% do AOD que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i>	% do AOD que não impõe isenções fiscais
Meta Grupo 2011	75%	47%	75%	75%	95%
Realizado grupo 2011	82%	54%	67%	69%	86%
Pont. grupo 2011	2	1	1	0	1
Realizado grupo 2010	72%	46%	63%	73%	89%

No que diz respeito ao **Reforço da Capacidade** (indicadores 16 a 21), o GdM nota que, o desempenho dos PAPs baixou quando comparado com o ano transacto. Os PAPs não cumpriram com a meta das missões conjuntas e o seu desempenho diminuiu de 21%, em 2010 para 20%, em 2011. O número total das missões incrementou de 85 em 2010 para 137 em 2011. Igualmente, o número total de unidades de implementação de projectos aumentou de 4 em 2010 para 23 em 2011. De referir que, estes incrementos reflectem melhorias na recolha de dados por parte de um dos PAPs (Banco Mundial), que reportou 50 missões individuais e 16 UIPs que não foram registadas na avaliação de 2010.

Quanto aos indicadores referentes a proporção de **cooperação técnica**, observa-se uma evolução positiva na percentagem técnica coordenada de 37%, em 2010 para 66%, em 2011 (contra meta de 55%), sendo o único indicador atingido na componente do reforço da capacidade.

Tabela 4 : Avaliação do desempenho dos PAPs – Reforço da Capacidade 2011

Nr.	16a	16b	19	20	21
INDICADOR	% do total das missões que são conjuntas	Número total de missões	Unidades de Implementação de Projectos	% cooperação técnica coordenada	% CT sectorial
Meta Grupo 2011	40%	<100	10	55%	25%
Realizado grupo 2011	20%	137	23	66%	22%
Pont. grupo 2011	0	0	0	2	0
Realizado grupo 2010	21%	84	4	37%	29%

Caixa 1: Reflexão sobre os custos de transacção relacionado com as missões

Para melhor entender a pertinência do indicador relacionado com as missões e o seu cumprimento, apresenta-se a seguir um cálculo do custo, em termos de ocupar Recursos Humanos da Função Pública, relacionado com uma simples missão através das horas de trabalho consumidas.

1) Técnico Superior (em média são 2 técnicos que fazem o seguimento):

3 Horas Perparação da informação para a missão

2 Horas o encontro

2 Horas para fazer a síntese

7 Horas – um dia de trabalho de 2 Técnicos

2) Tempo do Director:

1 Hora de preparação do encontro (ler notas e preparar)

2 Horas durante o encontro

1 hora após o encontro – feedback e análise da síntese

4 Horas – mais de meio dia

Os PAPs e Membros associados realizaram em conjunto 169 missões =

X 169 dias de trabalho de dois Técnicos superiores, o que representa um ano de trabalho

X 85 dias de trabalho de um Director, o que significa ocupar um Director durante aproximadamente 5 meses.

Avaliação geral

Com base na informação disponível pode-se concluir que, comparado com o ano 2010, o desempenho dos PAPs registou uma ligeira queda na pontuação do grupo, como um todo, em 1 ponto percentual (de 20 pontos, em 2010 passou para 19 pontos, em 2011), o que representa 53% da pontuação máxima de 36 pontos requeridos.

Em termos globais, das 19 metas avaliadas, o desempenho mostra o seguinte:

- 6 Metas (Indicadores 1b, 8, 10, 12 a & b, 20) foram atingidas, equivalendo a 37% do total das metas (contra 37% em 2010);

- 4 Metas (Indicadores 2, 5, 12c e 15) registam progressos, todavia, sem alcançarem as metas, o que corresponde a 21% (contra 16% em 2010); e
- 8 Metas (Indicadores 1a, 3, 4, 9, 13, 16 a & b, 19 e 21) registam um declínio no seu desempenho, equivalendo a 42% (contra 47% em 2010).

Consequentemente, na base das metas alcançadas e em progresso, ou seja, avaliação quantitativa, o desempenho dos PAPs em 2011 posicionou-se no parâmetro “**Médio Baixo**”.

Tabela 5 – Comparação do cumprimento das metas do QAD 2010 - 2011 dos PAPs

	2011		2010	
	Nr de Metas	%	Nr de Metas	%
Atingido	6	32%	7	37%
Progressos	4	21%	3	16%
Não atingido	9	47%	9	47%
Total	19	100%	19	100%

A tabela 1a do Anexo 2 mostra o desempenho dos PAPs como grupo relativo ao QAD dos PAP 2011.

2.1.2. PAPs com Membros associados

A tabela 1b do anexo 2, mostra o desempenho dos PAPs incluindo os membros associados sendo: Nações Unidas (NU) e EUA. Tal como nos anos passados o desempenho decresceu após a inclusão dos membros associados devido a característica da sua ajuda, maioritariamente desembolsada através de projectos. De destacar que, os EUA e as NU conjuntamente desembolsaram 572 milhões de USD, o que representa 34%, da ajuda total desembolsada pelos 21 parceiros em 2011, contra 19%, desembolsada em 2010. Denota-se que a “importância” dos membros associados esta a crescer, de acordo com os dados recolhidos. Esta diferença é parcialmente devido a melhoria da disponibilização dos dados pela USAID tendo aumentado a ajuda dos EUA de 237 milhões de USD, em 2010 para 445 milhões de USD, em 2011.

O incremento exponencial da ajuda através de projectos tem como consequência a redução da pontuação no desempenho geral dos PAPs mais associados quando comparado com 2010.

- **Composição do Portefólio**, (indicadores 1 e 2) baixou relativamente ao desempenho dos PAPs e também quando comparado com o ano passado. O peso da AGO total aumentou de 31%, em 2010 para 32%, em 2011 (contra 43%, dos PAPs sem os Associados), e o peso total da ajuda programática ao GdM decresceu de 57%, em 2010 para 55%, em 2011.
- **Previsibilidade**, (indicadores 3 a 8) baixou significativamente, de tal modo que, apenas (2) duas metas foram atingidas dos 11 indicadores em análise, (os PAPs sem Membros associados atingiram as metas em (3) três dos 11 indicadores.
- **Alinhamento e Harmonização**, o desempenho baixou para todos os indicadores e tal como os anos passados nenhuma meta foi cumprida;
- **Reforço das Capacidades**, nota-se que o peso dos membros associados na realização de missões, originou um incremento no número total de missões de 137 (só os 19 PAPs) para 169 missões, os 2 Membros associados realizaram 32 missões. Destaca-se o facto de o número de missões conjuntas ter diminuído de 21

a 20%. Os membros associados só reportaram 1 UIP (MCA do USAID), pelo que o número total de UIPs incrementa para 26.

Em geral, o GdM considera que o desempenho do Grupo com os membros associados ainda continua “**Fracó**”, tal como foi classificado nos últimos três anos. A diferença do desempenho está na utilização de uma metodologia de avaliação comum para avaliar parceiros muito diferentes nas suas práticas, experiências e interesses em harmonização e alinhamento. A participação dos membros associados no processo e o notável progresso referente ao ano anterior é mais importante que o seu desempenho em termos de pontuação.

De notar que, os representantes da USAID aproximaram-se ao GdM em 2011, indicando a sua intenção de incrementar o uso dos sistemas nacionais na aplicação dos seu fluxos de Ajuda. A iniciativa da USAID em respeitar a Política Internacional de Cooperação, constituiu uma grande oportunidade para o GdM melhorar a informação no Orçamento sobre os Recursos Externos e diminuir custos de transacção referente aos fundos provenientes dos Estados Unidos da América. O volume total deste doador, significará também um grande ganho para os PAPs em 2011.

2.2 Evolução do Volume da Ajuda e a Composição do Portefólio

Evolução do volume total da ajuda

As evoluções individuais do volume da ajuda dos PAPs estão representadas a seguir na tabela 5 e Gráfico 1, e que está organizada por volume total de ajuda desembolsada em 2011.

Em relação a **evolução da ajuda** dos 21 parceiros (PAPs e Associados) constatou-se que o volume total aumentou de **1,673** milhões de USD, em 2010, para **1,728** milhões de USD, em 2011, o que corresponde a um incremento percentual de 3%, e em termos absolutos de cerca de 55 Milhões de USD, tal como ilustrado em tabela 6. De referir que, excluindo os membros associados, o volume total (dos 19 parceiros) diminuiu em 194 Milhões de USD, representando um decréscimo de 14% (2010: 1.35 milhões de USD e 2011: 1.16 milhões de USD). De salientar que, nota-se um crescimento notável da contribuição providenciada pelos membros associados, que representa 33% do total da ajuda desembolsada em 2011 pelos PAPs e membros associados. Em termos absolutos equivale a 572 Milhões de USD desembolsados pelos parceiros associados contra os cerca de 323 desembolsados em 2010.

Tabela 6 – Comparação do Volume Total de Ajuda (desembolsada) a Moçambique 2010 - 2011 dos PAPs e Membros associados – em Milhões de USD

PAP	Nr.	Volume total 2011	%	Volume Total 2010	Variacão	%
DFID	1	200,126,579	12%	96,186,427	103,940,152	108%
União Europeia	2	128,419,479	7%	186,107,409	-57,687,930	-33%
Suécia	3	104,186,944	6%	81,983,471	22,203,473	27%
Banco Mundial	4	101,379,300	6%	194,730,255	-93,350,955	-48%
Canada	5	96,152,363	6%	72,215,396	23,936,967	33%
Alemanha	6	84,938,721	5%	75,117,976	9,820,745	13%
Noruega	7	64,890,710	4%	67,261,636	-2,370,926	-4%
Países Baixos	8	60,616,666	4%	74,238,411	-13,621,745	-18%
BAD	9	57,987,668	3%	76,121,086	-18,133,418	-24%

<i>Irlanda</i>	10	50,133,300	3%	46,701,210	3,432,090	7%
<i>Dinamarca</i>	11	47,982,802	3%	76,363,846	-28,381,043	-37%
<i>Finlândia</i>	12	40,144,411	2%	45,600,198	-5,455,787	-12%
<i>Espanha</i>	13	24,765,832	1%	32,579,236	-7,813,404	-24%
<i>Suiça</i>	14	23,044,945	1%	24,544,772	-1,499,827	-6%
<i>Itália</i>	15	18,423,865	1%	25,611,934	-7,188,070	-28%
<i>Bélgica</i>	16	13,516,414	1%	11,659,298	1,857,116	16%
<i>França</i>	17	17,510,091	1%	46,157,719	-28,647,628	-62%
<i>Portugal</i>	18	16,658,356	1%	111,830,692	-95,172,336	-85%
<i>Áustria</i>	19	5,528,157	0%	5,593,843	-65,686	-1%
Total G19		1,156,406,602	67%	1,350,604,815	-194,198,212	-14%
<i>Estados Unidos</i>	20	445,524,859	26%	237,779,048	207,745,811	87%
<i>Nações Unidas</i>	21	126,532,847	7%	85,052,838	41,480,009	49%
Total MA		572,057,706	33%	322,831,886	249,225,820	77%
Total G19+MA		1,728,464,309		1,673,436,701	55,027,607	3%

Notas: Os valores desembolsados através de outros parceiros estão incluídos no valor do PAP responsável pelo desembolso a entidade beneficiária Moçambicana.

2) Com o objectivo de maior alinhamento com o sistema de GFP, tomou-se em consideração os valores efectivamente desembolsado em 2011. Os desembolsos antecipados realizados em 2010 não foram considerados (caso do Banco Mundial) e desembolsos antecipados para 2012 (realizados em 2011) foram registados (caso do DFID)

Assim, 6 PAPs e 2 membros associados aumentaram o volume da sua Ajuda em 2011, e a maioria, 13 PAPs (61%) diminuíram a sua ajuda. Destaca-se a redução acentuada da ajuda providenciada pela França (-62%), Dinamarca (-37%), Portugal (-85%) e União Europeia (-33%). De referir que, o decréscimo do volume de ajuda providenciado pelo Banco Mundial com 48%, é explicado pelo facto de o Banco Mundial não ter desembolsado o AGO em 2011, mas antecipadamente em Dezembro de 2010³. Em caso de se tomar em conta o volume de AGO desembolsado em 2010, o Banco Mundial baixa o seu volume de ajuda em 5%.

É importante esclarecer também que o GdM decidiu não tomar em consideração o crédito concencional de Portugal que foi desembolsado durante o ano de 2011, num valor de 194 Milhões de USD, razão pela qual o volume de ajuda de Portugal diminuiu com 85%. Vale notar que o crédito concedido cumpre com a definição de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), todavia as condições do respectivo crédito foram adequadas em 2011 estipulando, desde 2011 o não uso dos sistemas nacionais do Governo. Consequentemente para além de ter um impacto adverso nos resultados da avaliação, irá dar um sinal contraditório sobre as preferências de canalização da Ajuda do GdM.

³ O desembolso do AGO do Banco Mundial para 2012 está previsto para Junho 2012 e não foi desembolsado antecipadamente em 2011.

Gráfico 1 – Comparação do Volume de Ajuda Total desembolsada a Moçambique no período de 2010 - 2011 pelos PAP e Membros associados, em Milhões de USD

Evolução da Composição do Portefólio

Com relação a **composição do portefólio dos 19 PAPs**, tal como ilustrado no Gráfico 2, registou-se uma ligeira mudança em 2011, tendo em conta que a percentagem da ajuda para o GdM que é desembolsada através de AGO aumentou quando comparado com 2010 (sendo 43% sem os Membros associados em 2011 contra 38% em 2010). Pode-se constatar que, a proporção da ajuda destinada aos programas sectoriais superou a proporção da ajuda aos projectos conforme aconteceu em 2010. O volume de ajuda destinada aos programas sectoriais decresceu de 34%, em 2010 para 30%, em 2011. Igualmente, o volume de ajuda ao GdM desembolsado através de projectos diminuiu de 28% a 27% em 2010.

Gráfico 2: Composição do Portefólio (AGO, Programas Sectoriais e Projectos) PAPs sem Membros associados

Nota-se que, os desembolsos de AGO em 2011 não reflectem 100% dos valores assumidos em compromisso em virtude de dois parceiros terem efectuado desembolsos antecipados. A tabela 7 ilustra a diferença entre os valores assumidos em compromisso e os desembolsados para as modalidades de AGO e Fundos Comuns. No entanto, foram incluídos os desembolsos antecipados pelo DFID para o AGO de 2012 (no valor de 58 Milhões de USD). Este valor desembolsado antecipadamente para 2012 está registado na coluna dos desembolsos, mas não dos compromissos de 2011.

O Banco Mundial realizou também um desembolso antecipado no AGO comprometido para 2011, no valor de cerca de 83 milhões de USD, em Dezembro de 2010, razão pela qual não está registado na coluna dos valores desembolsados, mais sim na dos valores comprometidos. A diferença entre ambos os valores (desbolsos antecipados do DFID e BM) é de 25 Milhões de USD, clarificando parcialmente a diferença de 18 Milhões de USD.

A diferença dos valores assumidos em compromisso e os desembolsados dos Fundos Comuns é apenas de 2%, explicado entre outros factores, pelo término do Fundo Comum do PROAGRI.

Tabela 7 – Comparação do Volume Total de Ajuda (desembolsada) a Moçambique em 2011 dos PAPs e Membros associados – em Milhões de USD

	Comprometido	Desembolsado	Diferença	%
Apoio Geral ao Orçamento (AGO)	456,600,000	437,942,904	-18,657,096	4%
Programas sectoriais = Fundos Comuns	307,400,000	302,778,090	-4,621,910	2%
AOD total para o GdM	982,600,114	1,033,275,427	-14,096,600	6%

* **Nota:** O valor dos compromissos constitui o valor anunciado durante a Revisão Anual de 2011, com a taxa de câmbio aplicado para o anúncio dos compromissos em 2010. Os desembolsos estão reflectidos com a taxa de câmbio médio de 2011, tal como indicado no capítulo da metodologia.

Com a inclusão dos membros associados, a **composição do portefólio** muda significativamente, sendo 44% de ajuda total destinada para projectos, 24% para programas sectoriais e 32% em AGO conforme representado no gráfico 3 a seguir. Esta mudança da modalidade preferencial de AGO para projectos justifica-se pelo facto dos Membros associados usarem maioritariamente a modalidade de projectos.

As Nações Unidas já aderiram a modalidade de Fundos Comuns com (2) duas das suas agências (UNICEF e UNFPA), e já desembolsaram fundos aos FC do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), PROSAUDE, FASE e PRONASAR. Apesar de, ser um valor reduzido (juntos representando apenas 3% da sua ajuda total providenciada a Moçambique), esta iniciativa significa um passo importante para as Nações Unidas. Ao contrário do USAID que só desembolsaram através dos projectos.

Gráfico 3: Composição do Portefólio (AGO, Programas Sectoriais e Projectos) com Membros associados

O Gráfico 4 representa a proporção da ajuda desembolsada nos fundos comuns em 2011, desagregado por Fundo Comum. Destaca-se que a maioria dos Fundos são destinados a dois fundos comuns sendo PROSAUDE e FASE (Educação), totalizando 63%, isto é, 35% e 28%, respectivamente. Seguidos do FC – PRISE (Sector das Estradas) com 8% e FC – Conselho Nacional de Combate a SIDA (CNCS) com 6%.

Gráfico 4: Proporção da ajuda desembolsada nos fundos comuns 2011

Gráfico 5: Contribuição dos PAPs para o fluxo dos Fundos para os Fundo Comuns 2011

Conforme ilustrado no Gráfico 5, o volume da ajuda desembolsado por Doador aos Fundos Comuns em 2011, destaca- os seguintes países como maiores contruibuentes para os Fundos Comuns: Canadá com 23%, DFID com 16%, seguidos da Alemanha e da Irlanda com 9%, Países Baixos com 7% e Dinamarca e Finlândia com 6%.

Evolução do recipiente da Ajuda

Em geral, constata-se a mesma evolução dos anos anteriores sendo que a grande maioria da ajuda recebida no país, é destinada ao GdM. Notou-se que a proporção da ajuda sem os Membros associados manteve-se em 11%, tal como em 2010, explicado pelo incremento do volume de AGO (desembolso antecipado do DFID). Quando analisada a mesma tabela com os Membros associados destaca-se o incremento de 9%, em 2010 para 21%, em 2011 de ajuda a entidades Não-Governamentais devido a melhoria na desagregação dos dados provenientes dos USAID (233 milhões de USD ou seja 52% da sua ajuda é desembolsada a entidades Não-Governamentais, dados que não foram reportados no relatório do ano passado).

Gráfico 4: Proporção do Volume de Ajuda ao Governo e entidades Não-Governamentais

Esta avaliação constitui uma primeira experiência na qual foi solicitado aos PAPs a fornecer uma desagregação dos dados da ajuda providenciada a Organizações Não-Governamentais nacionais ou internacionais e oferece uma informação interessante, resumida na tabela 8.

Constata-se que a maioria (76% do Volume dos 21 Membros) da ajuda destinada a entidades Não-Governamentais é canalizada através das ONGs Internacionais. Os Parceiros indicaram que esta ajuda desembolsada as ONGs Internacionais é, na maioria dos casos, posteriormente canalizada as ONGs Nacionais ou destinada a providenciar serviços de apoio ao desenvolvimento (caso da USAID para o sector da Saúde).

Na Tabela 8, nota-se também um incremento do volume para entidades Não Governamentais em cerca de 200% com a inclusão dos dois membros associados.

Tabela 8 – Comparação do volume de ajuda (desembolsada) a entidades Não-Governamentais em 2011 pelos PAPs e membros associados – em milhões de USD

AOD não-Gov.	19 PAPs	%	19 PAPs +MAs	%
Sector privado	14,030,840	12%	27,578,571	7%
ONGs Nacionais	26,033,892	24%	45,468,149	12%
ONGs Internacionais	70,092,874	54%	283,168,465	76%
Outros	12,973,570	10%	14,042,181	4%
Total:	123,131,176	100%	370,257,365	100%

Conforme resumido na tabela 9, a contribuição de cada doador na Ajuda Não-Governamental, observa-se que a USAID providencia 63% do volume total. Para além, da USAID existe um grupo de parceiros com uma contribuição relativamente igual (5-3%) sendo Suécia (5%) Nações Unidas (4%), DFID (3%), União Europeia (3%), Noruega (3%) e Países Baixos (3%).

Tabela 9 – Comparação do Volume de Ajuda (desembolsada) a Entidades Não-Governamentais em 2011 pelos PAPs e Membros associados - em milhões de USD

Parceiro	Volume Ajuda Não-Gov	%
USAID	233,001,902	63%
Suécia	18,288,377	5%
Nações Unidas	14,124,287	4%
DFID	12,336,256	3%
Noruega	11,319,283	3%
União Europeia	10,665,236	3%
Países Baixos	9,930,555	3%
Alemanha	8,160,745	2%
Canada	7,666,382	2%
Itália	7,451,642	2%
França	6,595,605	2%
Suiça	6,437,079	2%
Espanha	6,092,915	2%
Bélgica	5,482,431	1%
Finlândia	4,652,700	1%
Irlanda	3,611,000	1%
Dinamarca	3,005,013	1%
Portugal	1,223,126	0%
Áustria	212,830	0%
BAD	0	0%
Banco Mundial	0	0%
Total	370,257,365	100%

2.3. Avaliação qualitativa do desempenho dos PAPs

2.3.1. Geral

O Aide Memoire da Revisão Anual de 2010 destacou três (3) desafios no âmbito do desempenho dos PAPs, na conclusão conjunta, nomeadamente:

- (i) Melhorar a **previsibilidade da ajuda e o uso dos sistemas nacionais** (particularmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “*Procurement*”) por parte dos Parceiros de Cooperação, em todas as modalidades (Apoio Geral ao Orçamento e os Fundos Comuns).
- (ii) Adequar a **estrutura de trabalho** prevista no Memorando de Entendimento à nova abordagem do PARP 2011-2014, com objectivo de reduzir o número dos Grupos de Trabalho e os custos de transacção envolvidos.
- (iii) Elaborar, em conjunto, **novos indicadores e notas técnicas para o QAD dos PAPs**, com vista a incluir os membros associados e outros aspectos julgados pertinentes.

Realizando o balanço destas recomendações constata-se que a proporção da Ajuda canalizada através da CUT melhorou bastante em 2011, pelo qual o GdM reconhece os esforços dos parceiros. Nota-se entretanto que, alguns parceiros enfrentam dificuldades em canalizar os recursos para os projectos através da CUT. A seguir destacam-se algumas das boas práticas:

Caixa 2: Boa Prática - Uso da Conta Único do Tesouro (CUT)

UNICEF

UNICEF é uma agência das Nações Unidas que é um doador típico que desembolsa através de projectos. A UNICEF já iniciou um processo de maior uso dos sistemas nacionais através da sua contribuição para 3 Fundos Comuns. Mas os esforços não se limitam a esta modalidade, tendo em 2011 esboçado a primeira experiência com a canalização de fundos para um projecto através da **Conta Única do Tesouro**. Em 2011, a UNICEF apoiou a Direcção Nacional do Orçamento (DNO) do Ministério das Finanças no treinamento anual do Módulo de Operação Orçamental (MEO), com participação de mais de 2 mil funcionários do GdM em todo território nacional. Este foi o primeiro projecto das Nações Unidas a utilizar a Conta Única do Tesouro (CUT) como método de transferência de fundos. O projecto ocorreu sem problemas, salvo um pequeno atraso na inscrição do projecto no Orçamento do Estado que foi feito apenas a meio do ano. A DNO e a UNICEF trabalharam juntos na consolidação da liquidação dos fundos, assegurando uma boa troca de informação sobre requisitos, procedimentos e prazos de ambas instituições. O projecto continuará em 2012.

HOLANDA

A Embaixada do Reino dos Países Baixos (ERP) estabeleceu como meta inscrever toda a ajuda ao GdM no Orçamento de Estado e canalizar todos os recursos para o GdM através da CUT. A lógica subjacente a meta teve duas dimensões. Primeiro, aumentar a transparência, integridade e prestação de contas das actividades financeiras do GdM e, segundo, fortalecer os sistemas de GFP do GdM. Colocando a ajuda no orçamento e na CUT de forma automática, mas obedecendo a uma série de passos que devem ser feitos pelo doador, o sector/entidade beneficiário e o Ministério das Finanças (MF).

A meta interna da ERP de colocar 100% na CUT, provou ser efectiva em monitorar o progresso e realmente conseguir ter a Ajuda ao GdM no orçamento e na CUT.

Para cada nova actividade planificada, a questão foi discutida com o sector/entidade beneficiário, a relevância foi explicada e foi feita a referência dos procedimentos do MF para realmente perceber o alvo. A principal lição aprendida é que a canalização de fundos através da CUT irá contribuir um maior impacto, uma vez que existe a garantia de que os fundos chegarão a tempo para realizar o investimento planificado. Acontece muitas vezes que a canalização dos fundos através da CUT demora mais e, portanto, provoca atraso na implementação. Razão pela qual o comportamento proactivo de todos os envolvidos é primordial. Contudo, mesmo com este desafio considera-se importante a canalização através da CUT, sabendo que fortalecerá o próprio sistema.

Quanto ao uso dos **sistemas nacionais de procurement** pelos PAPs, este indicador não registou muito progresso.

Sobre a segunda recomendação, cabe indicar que o ano de 2011 foi caracterizado por ser o primeiro ano de implementação do PARP 2011-2014, que oferece uma nova abordagem de desenvolvimento, sendo intersectorial e destacando 3 objectivos centrais, designadamente: (i) Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira, (ii) Promoção do Emprego e (iii) Desenvolvimento Humano e Social. Neste âmbito, ocorreu um processo de revisão dos Grupos de Trabalho que culminou com uma redução significativa do número dos Grupos de Trabalho (de 29 para 12) pelo que é de enaltecer o apoio dos Parceiros em contribuir de forma construtiva para o aprimoramento da proposta inicial elaborada pelo GdM.

No que concerne a última recomendação sobre os novos indicadores e notas técnicas, destaca-se também o esforço dos PAPs pela elaboração de uma nova proposta de indicadores que foi recebida pelo GdM em Fevereiro de 2012, e louva-se os PAPs pelo apoio e confiança dado ao GdM para realizar a avaliação sem consultores, bem como pela assistência no sentido de melhorar o seu conhecimento sobre os respectivos indicadores, a sua pertinência e valor acrescentado. Baseado nesta experiência da avaliação foi elaborada uma apreciação por parte do GdM sobre o QAD dos PAPs ora em vigor e a proposta do novo QAD recebida dos PAPs em Fevereiro. Iniciou-se como parte do exercício da Revisão Anual de 2012, um diálogo conjunto sobre os indicadores. Resumindo, o processo não terminou em 2011, mas será finalizado no primeiro semestre de 2012.

Para além, das recomendações do exercício de 2011, o GdM está preocupado com o aumento dos condicionalismos, como por exemplo, o número dos PAPs e o volume da ajuda ligada a Tranche Variável. Destaca-se também que, um dos parceiros não desembolsou na totalidade do volume de AGO assumido como compromisso em 2010, colocando em causa os progressos realizados no âmbito da previsibilidade.

Quanto a gestão da Tranche Variável, o GdM enfatiza a necessidade de se desenvolver mecanismos claros e transparentes de gestão da Tranche Variável por forma a não reduzir a previsibilidade a médio prazo dos Fundos Externos. Neste âmbito, o GdM é de parecer que se utilize os procedimentos adoptados pela União Europeia, nesta matéria.

Caixa 3: Boa Prática: União Europeia (UE) - Consulta ao GdM na concepção e selecção dos Indicadores da Tranche Variável (TV)

Existe uma tendência crescente na utilização de parcelas variáveis em operações de apoio orçamental. O GdM entende a necessidade crescente dos parceiros justificarem os resultados do apoio orçamental, mas ao mesmo tempo permanece uma preocupação com relação ao impacto na previsibilidade. Neste sentido, o GdM quer ser plenamente informado dos mecanismos das Tranches Variáveis. A partilha de informações sobre a selecção de indicadores da TV e os mecanismos de avaliação das parcelas variáveis é muito importante.

A União Europeia, baseado-se na aplicação das Tranches Variáveis em outros Países, considerou como boa prática consultar os Governos locais sobre a selecção dos indicadores da TV. Isto é importante na medida em que os indicadores têm diferentes níveis de previsibilidade e grau de controlo.

Em 2011, a UE liderou o processo de revisão de meio-termo do seu Contrato sobre os Objectivos do Milénio (que formaliza o mecanismo de Apoio Geral ao Orçamento entre a UE e GdM). Neste processo, a UE aproximou-se ao GdM para apresentar e discutir a apreciação do cumprimento dos indicadores, e o GdM foi solicitado a fornecer o seu parecer sobre a informação e também sobre o subconjunto de indicadores que a UE seleccionou para o uso na sua parcela variável no futuro.

Este exercício iniciou em 2011 e sob solicitação do GdM, sendo que foi um processo de concertação entre os parceiros que aplicam a Tranche Variável onde foi apresentada uma nota conjunta sobre os indicadores ligados a TV. Este processo foi um passo importante mas ainda carece de aprimoramento dos respectivos mecanismos de avaliação.

O ano 2011 foi também marcado pelo anúncio da retirada da modalidade de Apoio Geral ao Orçamento de dois arceiros, nomeadamente a Bélgica e a Holanda. O GdM espera que este facto não constitua um precedente para que outros parceiros sigam o mesmo caminho. O GdM está ciente das discussões que decorrem nas capitais dos países dos Parceiros e está disposto a ajudar a fornecer argumentos em prol da modalidade de Apoio Geral ao Orçamento.

Face ao desafio da possível redução do volume de Ajuda desembolsada através do Apoio Geral ao Orçamento, o GdM tem como grande preocupação incrementar o volume de Ajuda que usa os sistemas nacionais, desembolsado através da Conta Única do Tesouro e gerido através de e-SISTAFE. O GdM está ciente que não é sempre fácil para os Parceiros realizarem os necessários trâmites burocráticos, pelo que o GdM melhorou significativamente a qualidade e fiabilidade dos seus sistemas de GFP (tal como confirmado nos 3 Inquéritos PEFA), providenciando uma base forte para os Parceiros confiarem neste sistema. O GdM considera o uso dos sistemas nacionais como prioridade uma vez que existem evidências de que o aumento do seu uso, força a melhoria contínua dos sistemas nacionais.

Implementação da Parceria

Como uma boa prática a considerar destaca-se a realização do seminário de reflexão conjunta após a Revisão Anual de 2011, que teve lugar em Maio do ano transacto e que culminou com a adopção do Plano de Acção Conjunto, com recomendações e acções claras a seguir. Pelo que, recomenda-se a monitoria deste plano e a institucionalização do seminário de reflexão conjunta.

Quanto ao conteúdo do diálogo, em particular o “diálogo político”, destacou-se a redução dos assuntos agendados para o mesmo, considerado como um ganho, dado que permite aprofundar a reflexão em torno dos assuntos. Todavia, o GdM manifesta a sua preocupação em relação ao excessivo foco que o diálogo coloca em relação aos Pacotes Legislativo e ao da Anti-corrupção em detrimento de outras matérias de índole socioeconómico.

Em outras palavras, o GdM encoraja a análise e discussão sobre matérias que incentivem o investimento em sectores produtivos da economia de modo a criar empregos, reduzir a pobreza e criar desenvolvimento sustentável, sem contudo, discordar as matérias de boa governação.

O GdM reitera as prioridades adoptadas no IV Forum de Alto Nivel de Busan, sendo uma das quais o “**Foco nos Resultados**”, pelo que o GdM é de parecer que em conjunto encontrem-se formas apropriadas para melhorar a sua capacidade para monitorar e avaliar os resultados de desenvolvimento com o objectivo de identificar os constrangimentos existentes e procurar soluções práticas e inovações para a prestação de serviços básicos à população no lugar de se focalizar nos processos.

Na mesma linha, o GdM destaca a necessidade de uso de boas práticas tal e qual defendido pelo Professor Lant Pritchett, Professor de Prática de Desenvolvimento Internacional da Kennedy School of Government, numa abordagem que já foi objecto de operacionalização pela UNICEF:

Caixa 5: Monitoria de Serviços Públicos na Educação e Saúde em Moçambique

“A UNICEF iniciou um novo projecto de Monitoria dos Serviços Públicos incluindo a componente de procura conjunta de soluções céleres e inovadoras para resolver os problemas identificados.

A primeira parte do processo de monitoria visa identificar os problemas que impedem a eficácia/eficiência da cadeia dos serviços sociais na educação e saúde. A segunda parte incide sobre uma advocacia voltada para soluções/resultados, com base em inovações e na celeridade.

A sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento colocam muita prioridade à necessidade de se estabelecer um quadro ideal de políticas públicas que possa orientar as acções e objectivos governamentais. Essas políticas são consideradas 'o primeiro passo' de uma sequência de acções necessárias para o desenvolvimento. Uma vez acordadas a nível central (geralmente seguindo 'boas práticas' de outros países), espera-se que essas políticas tenham um impacto nos subseqüentes passos e fases em diferentes níveis. No entanto, a tradução dessas políticas em acções concretas não é automática. Pelo contrário, qualquer política pública requer um processo intensivo de implementação. Esta, por sua vez, tem repercussões em vários elementos (ex. eliminação de incoerência de competências, aumento de capacidade, alocação de orçamentos adequados, monitoria contínua, entre outros).

Neste sentido, é preciso **compreender melhor a cadeia de serviços públicos** e a medida que estes estão **de facto atingindo a população**, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade que mais necessitam destes serviços. Em outras palavras, como assegurar a eficiência e o impacto destes serviços sociais básicos em um contexto de austeridade?

O apoio a esse processo de execução é mais limitado. Muitas vezes, percebe-se também uma desconexão entre a adopção de políticas ambiciosas e a capacidade existente da máquina governamental de levar a cabo estas políticas. Outras vezes, as políticas e o seu conjunto de inputs (e.g. orçamento, regras, recursos humanos) – não são sempre implementadas de maneira eficiente e eficaz. *Qualquer falha nesta cadeia influenciará o acesso e a qualidade dos serviços e, por conseguinte, os resultados junto à população.*

Por conta da interligação entre cada passo nessa cadeia, a monitoria de serviços públicos deve considerar o sistema como um todo. Como ponto de partida, assume-se que a qualidade na governação (tanto no âmbito de políticas ao nível central, como em relação ao desempenho da mesma) tem um impacto na qualidade de serviços (no ponto de contacto entre provedor e beneficiário) e, finalmente, nos resultados em termos de desenvolvimento humano.

Um exemplo de uma política que prevê (i) incentivos para professores trabalharem em zonas rurais remotas (governação – nível de políticas) pode influenciar (ii) a presença de professores nessas mesmas zonas (governação – nível de desempenho) e de um certo modo (iii) o tempo gasto pelos mesmos ensinando nas salas de aula (qualidade de serviços).”

2.3.2 Fundos Comuns

Avaliação Geral

O Apoio Programático aos Sectores em Moçambique engloba os chamados “Fundos Comuns (FC)”. O número dos Fundos Comuns registou um grande salto ao longo dos anos, contando-se neste momento com 15 Fundos Comuns. Os Fundos Comuns têm como objectivo principal apoiar um único Sector através do alinhamento dos Planos dos Parceiros com o Plano do Sector e a harmonização dos procedimentos entre os Parceiros participantes no Fundo Comum. O número dos Parceiros participantes nos Fundos Comuns varia entre 2 a 10 Parceiros.

Com o objectivo de incorporar neste relatório os progressos e desafios dos respectivos Fundos Comuns foi organizado um seminário, como parte integral do processo da Avaliação dos PAPs com os representantes do GdM dos respectivos Fundos Comuns.

Em geral, os beneficiários dos FC indicaram que o desempenho dos Parceiros é **satisfatório e louvaram** o grau de “alinhamento” das actividades aprovadas nos planos dos FC, com o Plano Director do Sector e o diálogo contínuo entre ambas partes. Foi referido que a execução dos Fundos através do e-Sistafe constitui uma medida importante para a redução dos custos de transacção. Como grande fraqueza assinalou-se a falta de maior previsibilidade nos desembolsos dos fundos assumidos em compromisso . Seguem-se alguns aspectos que merecem serem destacados:

FC - Conselho Nacional de Combate a HIV-SIDA (CNCS): Redução dos custos de transacção com referência a operações realizadas através do e-Sistafe, e a contenção do processo de novas admissões; Não obstante, parte dos fundos continuam a ser desembolsados nos últimos meses do ano, dificultando a aplicação dos mesmos para a execução do Plano Economico Social do CNCS.

FC - Fundo de Apoio ao Sector de Educação (FASE): Enfoque no diálogo na preparação do Plano Estratégico, incluindo a revisão do Memorando de Entendimento do FASE; Todavia, o sector perdeu 2 parceiros com uma longa história no sector da educação (os Países Baixos e a Dinamarca) e o impacto financeiro foi negativo desta saída e foi mitigado através de fundos adicionais da FTI/IDA (BM) para 2011-2014.

Boas Práticas e constrangimentos identificados no relacionamento com os Parceiros

Foram destacadas as seguintes Boas Práticas:

- FASE: O diálogo sobre o desempenho do sector na implementação do seu Plano Estratégico, envolve todos os parceiros (cerca 23) do sector (não apenas os membros assinantes do FC de FASE);
- CNCS: Articulação contínua entre o CNCS e os Parceiros, com tomada de decisões consensuais e realização de consultas regulares entre o CNCS e os Parceiros do FC, através do Fórum dos Parceiros e seus sub-comités.
- FC - PESCAS: Deslocações conjuntas (Governo e PAPs) as Províncias e Distritos para monitoria das actividades do FC;
- FC - Unidade Técnica de Reforma do Sector Público (UTRESP) e Autoridade Tributária (AT): Realização de encontros técnicos com os parceiros de cooperação em preparação das sessões do Comité de Parceria (facilitando a obtenção de consenso e aprovação de documentos);
- FC - Água e Saneamento e Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (ASAS/PRONASAR): Alinhamento com os sistemas do GdM; e
- FC - Programa de Apoio para o sector de Saúde (PROSAÚDE): Os fundos são desembolsados “On CUT” e “ON Budget” e executados via e-SISTAFE, a todos os níveis (Central e Provincial). O que pressupõe a redução considerável de custos de transacção.

Em geral, os beneficiários dos fundos comuns apresentam como maior constrangimento o não respeito do calendário dos desembolsos pelos Parceiros. Outros aspectos adicionais levantados incluem:

- FC - Programa de Apoio para Agricultura (PRO-AGRI): A Finlândia suspendeu o financiamento sem uma prévia informação à Direcção do Ministério;
- FC - Autoridade Tributária (AT): Os condicionalismos impostos unilateralmente pelo DFID sobre a alocação dos Fundos (priorização de algumas actividades), contrário ao estipulado no MdE do respectivo FC;

- FC - Unidade Técnica de Reforma do Sector Publico (UTRESP): A realização de avaliações independentes, por parte dos parceiros de cooperação, sem a participação do GdM;
- A disponibilização tardia de fundos do Fundo Comum da Reforma do Sector Público (2 semestre de 2011) remeteu a implementação de algumas actividades estratégicas para o segundo semestre de 2011; O corte no financiamento (cerca de 1 milhão de USD) condicionou a implementação de algumas actividades estratégicas; e
- FC - CNCS: A articulação na implementação de programas ao nível descentralizado é deficiente. Não há prestação de informação e dados (programático e financeiro) sobre o apoio concedido aos diferentes actores nacionais fora do Fundo Comum.

2.4. Avaliação Final do Grupo dos PAPs

Na base da avaliação quantitativa, que resultou na classificação do desempenho como “**Médio Baixo**”, conjugada com a avaliação qualitativa, o GdM considera o desempenho geral dos PAPs como “**Satisfatório**” em 2011.

3. Avaliações Individuais

3.1. Ordenamento geral dos PAPs por pontos

Para as avaliações individuais foi aplicada a mesma metodologia utilizada nos anos anteriores pelos vários consultores contratados para realizar esta tarefa, de forma a assegurar a coerência dos resultados podendo-se analisar a evolução do desempenho dos PAPs comparado com os anos anteriores. Consequentemente, a tipologia da classificação utilizada em 2010 mantém-se como se segue :

- Muito bom: 32 ou mais pontos;
- Médio alto: 28 a 31 pontos;
- Médio: 23 a 27 pontos;
- Médio baixo: 19 a 22 pontos; e
- Fraco: menos de 19 pontos.

Conforme indicado no relatório de avaliação de 2010, o GdM decidiu incluir incentivos aos PAPs que conseguiram incrementar o seu volume total da ajuda a Moçambique (Ajuda ao Governo e Não- Governamental). O GdM está ciente que a crise económica e financeira dificulta aos parceiros de manter os seus fluxos de Ajuda. No entanto, uma diminuição drástica da ajuda por um número significativo de parceiros pode causar graves constrangimentos ao GdM. Consequentemente, decidiu-se atribuir um ponto adicional para os PAPs que conseguiram incrementar a sua Ajuda em 2011 com mais de 10%. Os oito parceiros que beneficiaram destes bónos são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, DFID, Irlanda, Suécia, Nações Unidas e Estados Unidos.

Com vista a potenciar ainda mais a Base de Dados sobre os Recursos Externos no país (Base de Dados) ODAMOZ, o GdM decidiu incluir no questionário uma questão sobre a actualização dos dados. Uma vez que, são os parceiros que actualizam a base de dados, o GdM depende dos mesmos para assegurar uma maior fiabilidade da informação disponível.

O GdM pretende usar a base de dados para alimentar a respectiva informação no Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) e no Orçamento de Estado (OE), a fiabilidade dos dados torna-se assim um assunto prioritário, razão pela qual, decidiu-se dar um incentivo para os Parceiros que conseguiram actualizar os seus dados de 2011 conforme estipulado no Manual de ODAMOZ. Os 12 parceiros que beneficiaram destes bonos são: Alemanha, Áustria, BAD, Bélgica, Canadá, DFID, França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Suécia e Suíça.

Os países que conseguiram melhorar a sua classificação através dos incentivos são BAD, Bélgica, Finlândia, França e Suécia. A tabela 10 ilustra as respectivas mudanças de pontuação.

Tabela 10: Resumo da Pontuação com e sem Incentivo 2010 - 2011:

PAPs	Pontuação sem incentivo 2011	Pontuação com incentivos 2011	Classificação sem incentivo 2011	Classificação com incentivo 2011	Pontuação 2010 sem incentivo	Varição 2010-2011 sem incentivo	%
Alemanha	15	17	FRACO	FRACO	16	-1	-6%
Áustria	32	34	MUITO BOM	MUITO BOM	35	-3	-10%
BAD	22	23	MÉDIO BAIXO	MÉDIO	21	1	5%
Banco Mundial	18	18	FRACO	FRACO	20	-2	-10%
Bélgica	26	28	MÉDIO	MÉDIO ALTO	30	-4	-13%
Canadá	33	35	MUITO BOM	MUITO BOM	30	3	10%
União Europeia	27	27	MÉDIO	MÉDIO	26	1	4%
DFID	36	38	MUITO BOM	MUITO BOM	32	4	13%
Dinamarca	32	33	MUITO BOM	MUITO BOM	20	12	60%
Espanha	31	32	MÉDIO ALTO	MUITO BOM	28	3	10%
Finlândia	27	28	MÉDIO	MÉDIO ALTO	30	-3	-10%
França	22	23	MÉDIO BAIXO	MÉDIO	20	2	10%
Irlanda	35	37	MUITO BOM	MUITO BOM	35	0	0%
Itália	28	29	MÉDIO ALTO	MÉDIO ALTO	27	1	4%
Noruega	29	29	MÉDIO ALTO	MÉDIO ALTO	29	0	0%
Países Baixos	32	33	MUITO BOM	MUITO BOM	34	-2	-6%
Portugal	12	12	FRACO	FRACO	20	-4	-20%
Suécia	27	29	MÉDIO	MÉDIO ALTO	32	-6	-19%
Suíça	33	34	MUITO BOM	MUITO BOM	34	-1	-4%

Membros Associados:							
Estados Unidos	5	6	FRACO	FRACO	5	0	-80%
Nações Unidas	11	12	FRACO	FRACO	4	7	125%

Nota-se que 10 dos 21 Parceiros melhoraram o seu desempenho em 2011 quando comparado com o ano de 2010, o que representa 48%, dos seus membros. Destaca-se neste conjunto, o DFID que obteve a pontuação máxima de 36 pontos, seguidos da Irlanda (35), Canadá (33) e Suíça (33). Os demais 11 Parceiros (52%), registaram um decréscimo na sua pontuação (sem incentivos). A pontuação individual dos PAPs é representada como percentagem (na base da pontuação máxima de 36 pontos), ordenada por desempenho decrescente no Gráfico 5.

Gráfico 5: Pontuação Individual sem Incentivo 2011

A tabela 11 demonstra um ligeiro incremento no número de Parceiros com desempenho “Muito Bom” e “Fraco”. Em contrapartida, constata-se uma diminuição do número de parceiros “Médio Alto” e “Médio Baixo” dando impressão de aglomeração dos parceiros nas extremidades.

A tabela 11: Resumo da Classificação do Desempenho 2010 – 2011 (sem Incentivo):

CLASSIFICAÇÃO DESEMPENHO 2011	2011			2010	
	Nº	PARCEIROS	% por Categoria	Nº PARCEIROS	% por Categoria
MUITO BOM (32 ou mais pontos)	7	ÁUSTRIA, DFID, IRLANDA, CANADÁ, PAÍSES BAIXOS, SUÍÇA, DINAMARCA	33%	7	33%
MÉDIO ALTO (28 a 31 pontos)	3	ESPAÑA, ITÁLIA, NORUEGA,	14%	4	19%
MÉDIO (23 a 27 pontos)	4	BÉLGICA, UNIAO EUROPEIA, FINLANDIA, SUÉCIA	19%	2	10%
MÉDIO BAIXO (19 a 22 pontos)	2	BAD, FRANÇA	9%	5	24%
FRACO (menos de 19 pontos)	5	ALEMANHA, BM, PORTUGAL, NU, EUA	24%	3	14%
Total	21		100%	21	100%

Gráfico 6: Resumo da Classificação do Desempenho 2010 – 2011 (sem Incentivo)

3.2. Ordenamento geral dos PAPs por tamanho

Para realizar o *ordenamento geral dos PAPs por tamanho* foi aplicada a mesma metodologia utilizada nos anos anteriores pelos vários consultores contratados para realizar esta tarefa. Por forma a assegurar a coerência dos resultados pode-se analisar a evolução comparando

com os anos anteriores. Consequentemente, a tipologia da classificação utilizada em 2010 mantém-se a seguinte:

CLASSIFICAÇÃO	CRITÉRIO
MUITO GRANDES	mais de US\$ 90 milhões
GRANDES	mais de US\$ 50 milhões e menos de US\$ 90 milhões
MÉDIOS	entre US\$ 20 milhões e US\$ 50 milhões
PEQUENOS	menos de US\$ 20 milhões

Os resultados da classificação dos PAPs e Associados são:

- **6 PAPs Muito Grandes** (mais de US\$ 90 milhões em 2011), nomeadamente Banco Mundial, Comissão Europeia, DFID, Canadá, EUA e NU) contra 6 em 2010.
- **6 PAPs Grandes** (mais de US\$ 50 milhões e menos de US\$ 90 milhões em 2011, nomeadamente a Alemanha, o BAD, Irlanda, Noruega, Países Baixos e Suécia, igual número em 2010.
- **4 PAPs Médios** (entre US\$ 20 milhões e US\$ 50 milhões em 2011), nomeadamente Espanha, Finlândia, Dinamarca e Suíça, contra 5 em 2010.
- **5 PAPs pequenos** (menos de US\$ 20 milhões) nomeadamente Áustria, Bélgica, Itália, França e Portugal contra 2 em 2010.

O ordenamento dos PAPs por classificação relacionado com o seu volume de Ajuda em 2011 visualiza-se na tabela 12 comparando o volume de Ajuda total (ao Governo e Não-Governamental) e o volume de ajuda apenas ao Governo.

Tabela 12 – Ordenamento dos PAPs (incluindo os membros Associados) por classificação relacionado com o seu volume de Ajuda em 2011

Parceiros	Nº	Ajuda em Total	Classificação 2011	Classificação 2010
Estados Unidos	1	445,524,859	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
DFID	2	200,126,579	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Nações Unidas	3	126,532,847	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
União Europeia	4	124,252,812	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Suécia	5	104,186,944	MUITO GRANDE	GRANDE
Banco Mundial	6	101,379,300	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Canada	7	96,152,363	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Alemanha	8	84,938,721	GRANDE	GRANDE
Noruega	9	64,890,710	GRANDE	GRANDE
Países Baixos	10	60,616,666	GRANDE	GRANDE
BAD	11	57,987,668	GRANDE	GRANDE
Irlanda	12	50,133,300	GRANDE	MÉDIO
Dinamarca	13	47,982,802	MÉDIO	GRANDE
Finlândia	14	40,144,411	MÉDIO	MÉDIO
Espanha	15	24,765,832	MÉDIO	MÉDIO
Suíça	16	23,044,945	MÉDIO	MÉDIO
Itália	17	18,423,865	PEQUENO	MÉDIO
Bélgica	18	17,683,081	PEQUENO	PEQUENO
França	19	17,510,091	PEQUENO	MÉDIO
Portugal	20	16,658,356	PEQUENO	MUITO GRANDE
Áustria	21	7,259,676	PEQUENO	PEQUENO

Os resultados demonstram que o maior doador em 2011 foi o DFID, mesmo não considerando o desembolso antecipado de AGO no valor de 58 Milhões de USD, o DFID manteve-se com aproximadamente 141 Milhões de USD como maior doador em 2011. Os 5 maiores parceiros em termos do volume da ajuda, são a USAID (26% da Ajuda total), DFID (12%), União Europeia (8%), Nações Unidas (7%) e Suécia (6%), representando este conjunto aproximadamente 59% da Ajuda providenciada ao País.

Destaca-se o facto de Portugal ter passado de doador “Grande em 2010 para doador “pequeno”, facto explicado pela não consideração do crédito concecional em 2011 (no valor de aproximadamente 194 Milhões de USD), enquanto que o crédito foi tomado em conta apenas 2010. O GdM tomou esta decisão sustentada pelo facto do crédito concedido em 2011 não ter usado os sistemas nacionais.

A tabela 12 providencia um resumo do ordenamento dos PAPs por tamanho. Uma observação geral demonstra que esta a reduzir o número de Parceiros de tamanho “Grande” (de 33 a 24%) e “Médio” (de 29 a 19%) e incrementando o número de PAPs classificados como “Pequeno” (de 10 a 24%). Esta tendência esta reflectida no gráfico 6 e mostra uma concentração de alguns “muito grandes” e “grandes” parceiros de um lado e “pequenos” parceiros de outro lado.

Tabela 12 – Ordenamento dos PAPs (incluindo os membros Associados) por classificação relacionado com o seu volume de ajuda em 2011-2010

CLASSIFICAÇÃO – TAMANHO	2011			2010	
	Nº	PARCEIROS	% por Categoria	Nº Parceiros	% por Categoria
MUITO GRANDE	7	DFID, UNIÃO EUROPEIA, SUECIA, CANADÁ, BANCO MUNDIAL, EUA E NU	33%	6	29%
GRANDE	5	ALEMANHA, NORUEGA, PAÍSES BAIXOS, BAD E IRLANDA	24%	7	33%
MÉDIO	4	DINAMARCA, FINLÂNDIA, ESPANHA, SUIÇA	19%	6	29%
PEQUENO	5	ITALIA, BELGICA, FRANÇA, ÁUSTRIA, PORTUGAL	24%	2	10%
	21		100%	21	100%

Gráfico 7– Proporção dos PAPs (incluindo os membros Associados) classificado por volume de Ajuda em 2010-2011

■ MUITO GRANDE ■ GRANDE ■ MÉDIO ■ PEQUENO

3.3. Alemanha

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL ALEMANHA							
Nº	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	REAL 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010	REAL 2010	VARIACÃO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	24%	1	1	28%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	58%	0	0	63%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	0	Não	3
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	NÃO	0	0	Não	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	dentro do trimestre	1	1	dentro do trimestre	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	65	N/A	N/A	69	0
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%					0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	NÃO	1	2	SIM	-1
10	Número de PAPs sem exceções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	N/A	N/A	SIM	0
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	57	0	0	60	0
12b	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	28	0	0	28	0
12c	%.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	24	0	1	62	-1
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> .	75%	28	0	1	62	-1
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	2	2	96	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	22%	0	0	22%	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	100%			100%	0
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	98	2	2	58	0

20	% da CT sectorial	25%	4	0	1	34	-1
	Total			15	16		-1
	INCENTIVO			2			
	Total com Incentivo			17			

No geral, o **desempenho** da Alemanha decresceu um ponto comparado com 2010 chegando a 15 pontos contra 16 em 2010. Porém, a Alemanha mantém a classificação de desempenho "**Fraco**". O ligeiro decréscimo deve-se ao facto de ter perdido pontos nos indicadores 9 (não desembolsos total do valor assumido em compromisso em 2010), 12c, 13 (uso de sistemas de procurement e auditoria) e 20 (% de CT sectorial). E de referenciar que Alemanha melhorou o desempenho relacionado com o indicador 3, ligado aos acordos multi- anuais não inferiores a 3 anos.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, apesar de não ter perdido pontos, a Alemanha baixou o seu desempenho, tendo reduzido a sua proporção para o AGO de 28 a 24% e o Apoio Programático de 63 a 58%.

Em relação a **PREVISIBILIDADE**, destacar que Alemanha efectuou o seu desembolso alguns dias após o Mês previsto, não tendo cumprido a meta com apenas 2 dias de atraso. Notou-se ainda que não conseguiu anunciar os compromissos atempadamente.

Relativamente ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO** destaca-se a diminuição da proporção de Ajuda que utiliza os sistemas nacionais de prestação de relatórios financeiros e de procurement de 62 a 24%

Quanto ao **REFORÇO DA CAPACIDADE** destaca-se o incremento da proporção da Cooperação Técnica coordenada e permanece o desafio de reduzir as missões individuais. A Alemanha realizou 9 missões do qual duas foram conjuntas.

Sobre o **volume da Ajuda** desembolsada, a Alemanha incrementou a sua Ajuda em 13% comparado com 2010, mantendo a sua classificação como doador "**Grande**", e tendo direito a um bónus adicional. A Alemanha conseguiu actualizar a base de dados ODAMAZ conforme o manual, pelo que teve direito a mais um bónus.

3.4. Áustria

TABELA DA PONTUACAO INDIVIDUAL Áustria							
Nº	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONT OS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIACAO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	84%	3	3	79%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	98%	4	4	96%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	NÃO	0	3	SIM	-3
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo	100%	Dentro do mes	3	3	Dentro do Mês	0

	com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.						
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	124%	N/A	N/A	96%	N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		N/A	N/A		N/A
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	N/A	N/A	SIM	N/A
12 a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	98	2	2	91	0
12 b	% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	61	1	1	79	0
12 c	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>).	75%	71	0	2	91	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	98	2	2	91	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baselin e 2007 mais 10%	100%	2	2	100	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	100%	1	1	100	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	100%				0
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	1	1	1	1	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>).	55%	100	2	2	100	0
20	% da CT sectorial	25%	100	1	1	100	0
	Total			32	35		-3
	INCENTIVO			2			
	Total com Incentivo			34			

No geral, o **desempenho** da Áustria decresceu em 3 pontos comparado com o desempenho de 2010, tendo obtido 32 pontos dos 36 possíveis. Este decréscimo deveu-se ao facto da Áustria ter perdido pontos no indicador 3, percentagem de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos. Porém, a Áustria mantém a classificação de desempenho de **“Muito bom”**.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, apesar de já ter atingido as metas, a Áustria aumentou o seu desempenho na proporção de AGO de 79%, em 2010 para 84%, em 2011 e do Apoio Programático de 96% em 2010 para 97% em 2011.

Quanto a **PREVISIBILIDADE** há a destacar que Áustria, não obstante ter perdido pontos no indicador 3 sobre acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos, conseguiu manter o seu desempenho positivo na previsibilidade de médio prazo e de anunciar atempadamente os compromissos de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado e realizar os desembolsos atempadamente.

Quanto ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO** destaca-se o desempenho dos (indicadores 12 a, 12 b e 13) no aumento da proporção da Ajuda que utiliza os procedimentos nacionais de execução orçamental, de prestação de relatórios financeiros, e de procurement de 91 para 97%.

No que diz respeito ao **REFORÇO DA CAPACIDADE** destaca-se que a Áustria manteve a sua única Unidade de Implementação de Projectos (PIUs). A Áustria só realizou uma missão que foi conjunta e tem 100% da sua Cooperação Técnica coordenada.

Apesar de ter aumentado o seu volume de Ajuda em 2011 com 13%, atingindo um total de Ajuda de 7,3 Milhões de USD, a Áustria fica classificada como doador “Pequeno” tal como em 2010. De notar que a Áustria teve direito a dois pontos de bónus, dado o incremento do volume de Ajuda e a actualização da base de dados ODAMAZ conforme o manual, pelo que teve direito a mais um bónus.

3.5. Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

TABELA DA PONTUACAO INDIVIDUAL BAD							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIACAO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	53%	3	3	40%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	53%	0	0	40%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	3	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	3	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do mes	3	1	dentro do trimestre	2
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	136	N/A	N/A	141	N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda	90-110%					0

	registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).						
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM			NAO	0
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	55	0	0	42	0
12b	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>	47%	53	1	0	40	+1
12c	).% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	53	0	0	40	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> .	75%	53	0	0	49	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	2	2	100	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	22%	0	0	21	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	100%	N/A	N/A		0
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	39	0	2	76	-2
20	% da CT sectorial	25%	0	0	0	0	0
	Total			22	21		1
	INCENTIVO			1			
	Total com Incentivo			23			

No geral, o **desempenho** do BAD aumentou ligeiramente em 1 ponto comparado com 2010, tendo obtido 22 pontos dos 36 possíveis. Este ligeiro incremento foi devido ao desembolso atempado de AGO, relacionado com o indicador 5, contrabalançado por uma perda de pontos no indicador 19 sobre a Cooperação Técnica Coordenada. Contudo, mesmo com este ligeiro incremento o BAD manteve a classificação do desempenho de “Médio Baixo” tal como no ano passado. O BAD conseguiu obter um ponto de bónos pela actualização atempada na base de dados ODAMoz, dando-lhe direito a 23 pontos e subindo a sua classificação para **Médio**.

Em relação a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, apesar de não ter ganho pontos, o BAD melhorou o seu desempenho na proporção de AGO de 40% em 2010 para 53% em 2011. Dado que o BAD não participa em Fundos Comuns, a proporção de Apoio Programático é igual a proporção de AGO.

Quanto a **PREVISIBILIDADE** destaca-se a melhoria nos desembolsos de AGO, sendo dentro do mês conforme estabelecido no calendário dos desembolsos e conseguiu manter um desempenho positivo na previsibilidade de médio prazo.

Relativamente ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se o desempenho dos (indicadores 12 a, 12 b e 13) no aumento da proporção da Ajuda que utiliza os procedimentos nacionais de execução orçamental, de prestação de relatórios financeiros de 40 para 53%, conforme o incremento da proporção de AGO. Permanece para o BAD o desafio de maior uso dos sistemas nacionais para os Projectos.

No que diz respeito ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, referir que houve um ligeiro aumento das missões conjuntas, ou seja das 23 missões, 5 foram conjuntas. Em contrapartida reduziu o desempenho sobre a Cooperação Técnica Coordenada de 76% em 2010 para 39% em 2011.

Apesar de ter reduzido o seu volume de Ajuda com 24% (sendo 18 Milhões de USD), o BAD manteve a sua classificação de doador "GRANDE", tal como no ano passado.

3.6. Banco Mundial (BM)

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL BANCO MUNDIAL							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	0%	3*	3	43%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	8%	0	0	54%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do Mês	3	3	Dentro do Mês	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	54	N/A	N/A	44	N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		0			0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	NÃO	0	0	Não	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	N/A	N/A	N/A	N/A	0
12	% do AOD dos PAPs que utiliza os Sistemas de Gestão das Finanças Públicas do País (<i>Indicador 5a de Paris</i>).			0			0

12 a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	100%	2	0	53	2
12 b	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	46	0	0	43	0
12 c	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	46	0	0	43	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	0	0	0	43	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Basel ine 2007 mais 10%	n/d	0	2	100	-2
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	0%	0	0	0	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	0%	n/a	n/a	0	n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou núme ro reduz ido	16	0	2	0	-2
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	n/d	0	0	n/d	0
20	% da CT sectorial	25%	n/d	0	0	n/d	0
Total				18	20		-2

No geral o desempenho o Banco Mundial decresceu em 2 pontos comparado com 2010, tendo obtido 18 pontos dos 36 possíveis. Este decréscimo deveu-se ao facto de ter perdido pontos nos (indicadores 15 e 18), percentagem de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos e Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas, respectivamente. Assim, o Banco Mundial alcançou a classificação do desempenho de “Fraco”.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, Banco Mundial não desembolsou o AGO em 2011, dado desembolsou o seu AGO antecipadamente em 2010.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, destaca-se que o Banco Mundial manteve um desempenho positivo em relação a previsibilidade de médio prazo, e desembolsou antecipadamente o valor de AGO para 2011 em 2010. De sublinhar que, melhorou o desempenho do indicador 6, tendo em 2011 95% da sua Ajuda registada no orçamento de Estado.

Sobre o **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se o decréscimo do desempenho do indicador 12a, sobre a utilização dos procedimentos nacionais de execução orçamental. Entretanto, registou-se um desempenho positivo nos indicadores 12b e 12c, no uso dos procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros e de auditoria, respectivamente. Em contrapartida, perdeu 2 pontos no indicador 15, percentagem de fundos de Projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.

Permanecem como grandes desafios para Banco Mundial o **REFORÇO DA CAPACIDADE**, dado que reportou 16 Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas e 50 missões individuais.

De notar que o BM diminuiu o seu apoio financeiro em 93 Milhões de USD em 2011, representando uma queda de 48%. Isto devido ao desembolso adiantado do AGO para 2011 em Dezembro de 2010 com um valor de 85 Milhões de USD, razão pela qual não pode ser contabilizado em 2011. O desembolso para 2012 não aconteceu antecipadamente, e consequentemente, não registou-se nenhum valor de AGO em 2011. Mesmo tomando em conta esta redução do volume, o BM fica classificado como um doador “MUITO GRANDE”.

3.7. Bélgica

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL Bélgica							
Nº	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	34%	2	3	44%	-1
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	34%	0	4	77%	-4
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	dentro do trimestre	1	0	N/A	1
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	90	N/A	N/A	100	N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%					0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	n/a	n/a	SIM	n/a
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	88	2	2	77	0

12b	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	88	1	1	63	0
12c	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	88	2	2	95	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	100	2	2	100	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	2	2	100	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	100%	1	0	0%	1
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	100%	n/a	n/a	100	n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	41	0	2	92.91	-2
20	% da CT sectorial	25%	0	0	1	93	-1
Total				26	32	32	-6
INCENTIVO				1			
Total com Incentivo				28			

No geral, o **desempenho** da Bélgica decresceu em 6 pontos comparado com 2010, tendo obtido 26 pontos dos 36 possíveis. Este decréscimo deveu-se a perda de 4 pontos no indicador sobre percentagem de ajuda programática, dado que não foram previstos desembolsos para os Fundos Comuns em 2011, e perda de 3 pontos relacionados com a cooperação técnica (indicadores 19 e 20). De destacar que a Bélgica melhorou o desempenho no indicador 5, desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado e no indicador 16 sobre a percentagem do total das missões conjuntas. Assim, a Bélgica alcançou a classificação do desempenho de “**Médio**”.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, a Bélgica diminuiu o seu desempenho na proporção de AGO de 44 para 34% e o Apoio Programático de 77 para 34%, devido ao facto de que não foram registados desembolsos para os FCs.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, destaca-se que a Bélgica manteve o seu desempenho em relação a previsibilidade de médio prazo nos (indicadores 3, 4, 5 e 8) e conseguiu manter desempenho positivo na previsibilidade de médio prazo.

Sobre o **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se o desempenho dos (indicadores 12 a e 12 b) no aumento da proporção da Ajuda que utiliza os procedimentos nacionais de execução orçamental, e de auditoria, de 77% e 63% em 2010, ambos para 88% em 2011.

No que concerne ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, de referir que Bélgica ganhou 1 ponto em relação ao desempenho do indicador 16, sobre o total das missões conjuntas, dado que só teve uma missão que foi conjunta. . Em contrapartida, baixou o desempenho dos

indicadores 19 e 20, sobre a percentagem de Cooperação Técnica coordenada de 92 para 41% ligado ao facto de não terem ocorrido os desembolsos para os Fundos Comuns,

A Bélgica incrementou o seu volume de desembolsos em cerca de 2 Milhões de USD, representando um incremento de 16%, comparado com 2010. Deste modo, a Bélgica manteve a sua classificação de Parceiro “**PEQUENO**”. De notar que a Bélgica teve direito a dois pontos de bónus, dado o incremento do volume de Ajuda e a actualização da base de dados ODAMOZ conforme o manual dando direito a mais um bónus.

3.8. Canadá

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL CANADÁ							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	Pont 2011	PONTO S 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD [1] total dos PAPs.	40%	17%	0	1	24%	-1
2	% De Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	96%	4	4	96%	0
3	Número de PAPs com programas rolantes e multianuais não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do mês	3	3	Dentro do mês	0
6	% Do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	97%			97	0
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%					0
8	% De PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem exceções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	n/a	n/a	SIM	n/a
12 a	% Do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	97	2	2	96	0
12 b	.% Do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>	47%	56	1	0	39	1
12 c	).% Do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	92	2	2	89	0
13	% Do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i>	75%	92	2	2	93	0

	(Indicador 5b de Paris).						
15	% De fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	2	2	100	0
16	% Do total das missões que são conjuntas (Indicador 10a de Paris).	40%	100%	1	0	33	1
17	% De trabalho analítico que é coordenado (Indicador 10b de Paris).	66%	0%	N/A	N/A	100%	0
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (Indicador 6 de Paris).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% Da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (Indicador 4 de Paris)	55%	72%	2	0	26,39	2
20	% da CT sectorial	25%	84	1	0	21	1
	Total			33	29		4
	INCENTIVO			2			
	Total com Incentivo			35			

No geral, o **desempenho** do Canadá melhorou em 4 pontos, devido aos ganhos nos indicadores 12b (uso de sistemas de auditoria), 16a (missões conjuntas) e aos indicadores da Cooperação Técnica (19 e 20). Este ganho foi contrabalançando com uma perda de 1 ponto no primeiro indicador resultando em 33 pontos no total, mantendo a mesma classificação de desempenho "**Muito Bom**", comparado com 20101.

Quanto a **Composição do Portefólio** o Canadá baixou o seu desempenho, tendo reduzido a sua proporção no AGO de 24 % para 17%, devido ao incremento do volume desembolsado através dos FC (valores absolutos mantiveram-se). Quanto a proporção da Ajuda Programática manteve-se em 96%.

Em relação a previsibilidade há a destacar que o Canadá cumpriu com todas as metas, sublinhando-se que conseguiu inscrever 97% do seu AOD no Orçamento do Estado. Relativamente ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO** notou-se que o Canadá cumpriu também todas as metas e aumentou a proporção de Ajuda que utiliza os sistemas nacionais de prestação de relatórios financeiros e de Procurement em 92%.

Quanto ao **Reforço da Capacidade**, cumpriu todas as metas e é notável o incremento da proporção da Cooperação Técnica de 26% em 2010 para 72% em 2011. De notar que o Canadá teve em 2011 só uma missão, sendo este país o parceiro que impõe menos custos de transação ao GdM relacionado com o volume de Ajuda.

A Canadá incrementou o seu volume de desembolsos em cerca de 24 Milhões de USD, representando um incremento de 33%, comparado com 2010. Deste modo, o Canadá mantém a sua classificação de Parceiro "**MUITO GRANDE**". De notar que o Canadá teve direito a dois pontos de bônus, dado o incremento do volume de Ajuda e a atualização da base de dados ODAMOZ conforme o manual.

3.9. União Europeia (UE)

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL UE							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	Pontos 2011	PONTOS 2010 sem incen	REAL 2010	VARIÇÃO DOS PONTOS

					tivo		
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	57%	3	3	49%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	71%	2	2	69%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do trimestre	1	1	Dentro do trimestre	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	155	n/a	n/a	97	n/a
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%					0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	NÃO	0	0	NAO	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	NÃO	N/A	N/A	NÃO	0
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	75	2	1	69	1
12b	%.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	61	1	1	49	0
12c	%.% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>).	75%	75	2	1	69	1
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de procurement (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	75	2	1	69	1
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baselin e 2007 mais 10%	71%	0	2		-2
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	83%	1	0	7	1
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	100%	n/a	n/a	100%	n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>).	55%	7	0	0	36	0
20	% da CT sectorial	25%	100	1	1	36	0
	Total			27	25		

No geral, o **desempenho**, da União Europeia (UE) aumentou em 2 pontos comparado com 2010, tendo obtido 27 pontos dos 36 possíveis. Este aumento deveu-se ao facto de ter ganho pontos nos (indicadores 12a, 12b e 13), sobre o uso dos procedimentos nacionais de execução orçamental, de auditoria e de procurement, respectivamente. Deste modo, a

União Europeia alcançou a classificação do desempenho de “Médio”, comparado ao “Médio baixo” do ano passado.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, a União Europeia aumentou a proporção de AGO de 49% em 2010 para 57% em 2011 e incrementou a proporção de Apoio Programático de 69% em 2010 para 71% em 2011.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, destaca-se que a União Europeia manteve o desempenho positivo em relação a previsibilidade de médio prazo nos indicadores sobre acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos, compromissos de AGO, e para o CFMP. Permanece o desafio de desembolsar o seu valor de AGO no mês no qual foi calendarizado.

Sobre o **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se o aumento da utilização dos procedimentos nacionais de execução orçamental, relatórios financeiros e de procurement de 69 para 75%, alcançando as metas estabelecidas. Em contrapartida, a UE perdeu 2 pontos no indicador 15, percentagem de fundos de Projectos e de fundos comuns de Ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.

No que concerne ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, de referir que a União Europeia reduziu a sua proporção de cooperação técnica de 36% em 2010 para 7% em 2011. De destacar que 5 das 6 missões da UE foram conduzidas em conjunto.

Quanto ao volume de Ajuda destaca-se o fato da UE ter reduzido o seu volume de Ajuda em 57 Milhões de USD, representando uma diminuição de 31%, mas mantém a sua classificação de doador “MUITO GRANDE”.

3.10. DFID

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL DFID							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	72%	3	3	72%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	98%	4	4	99.67%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	1	SIM	2
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do mês	3	3	Dentro do mês	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	0	n/a	n/a	100	n/a

7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%					0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	NAO			SIM	0
12 a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	96	2	2	100	0
12 b	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	83	1	1	100	0
12 c	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	89	2	2	100	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	92	2	2	100	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baselin e 2007 mais 10%	100%	2	2		0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	100%	1	0	0	1
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	20%	n/a	n/a	17%	n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	98	2	2	44	0
20	% da CT sectorial	25%	94	1	0	15	1
	Total			36	32		4
	INCENTIVO			2			
	Total com Incentivo			38			

O DFID melhorou o seu desempenho comparado com 2010, tendo obtido 36 pontos dos 36 possíveis, em outras palavras atingiu todas as metas em 100%. Este aumento deveu-se ao facto de ter ganho 2 pontos no indicador 4 sobre os compromissos de AGO, no indicador 16, sobre as missões conjuntas e no indicador 20, em relação a Cooperação técnica Sectorial. Assim, o DFID manteve a classificação do desempenho de **“MUITO BOM”** e destaca-se como parceiro com a melhor pontuação de todos os PAPs.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, o DFID manteve o desempenho na proporção de AGO de 72% em 2010 e 2011, e decresceu ligeiramente o Apoio Programático de 99.6 para 98%. Conforme solicitado pelo GdM, o DFID desembolsou antecipadamente parte dos

valores de AGO para 2012 em 2011, demonstrando o seu compromisso com o Governo de Moçambique.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, destaca-se que o DFID melhorou o seu desempenho positivo cumprindo todos os indicadores.

Sobre o **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se um ligeiro decréscimo de 100 para 98% da utilização dos procedimentos nacionais de execução orçamental, relatórios de procurement, indicando-se que os 2% de Ajuda desembolsada através de Projectos não usa os sistemas nacionais.

No que concerne ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, destaca-se que DFID realizou 6 missões das quais 5 foram conjuntas melhorando o seu desempenho e incrementando assim a percentagem total das missões conjuntas. E quanto a Cooperação Técnica, destaca-se um incremento de 44 para 98%.

O DFID é o doador que teve um incremento enorme no volume da Ajuda, cerca de 103 Milhões de USD e devido aos desembolsos antecipados para o AGO 2012 (no valor de 58 Milhões de USD) em 2011. O DFID fica consequentemente classificado, em termos de volume de Ajuda, como "**GRANDE**" doador tal como em 2010. No caso de não considerar-se o desembolso antecipado de AGO, o valor total de Ajuda reduziria até 141 Milhões de USD, mesmo assim o DFID mantém-se como doador "**GRANDE**" face ao volume de desembolsos em 2011 (fora dos MAs).

De notar que, o DFID tem direito a dois pontos de bónus, por ter incrementado o volume de Ajuda e a actualização da base de dados ODAMOZ conforme o manual.

3.11. Dinamarca

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL DINAMARCA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIACAO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	27%	1	0	15%	1
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	87%	4	0	40%	4
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	0	SIM	3
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do mes	3	3	Dentro do mes	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	126	N/A	N/A	93	n/a
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		N/A	N/A		0

8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2		0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo 10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	N/A	N/A	SIM	0
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	71	2	0	64	2
12b	% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>	47%	27	0	0	15	0
12c	).% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	100	2	0	52	2
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	100	2	2	52	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseli ne 2007 mais 10%	100%	2	2	100	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	100%	1	1	83	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	0	n/a	n/a	0	n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou númer o reduzi do	2	0	1	2	-1
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	100	2	2	92.89	0
20	% da CT sectorial	25%	100	1	1	52	0
	Total			32	20		12
	INCENTIVO			1			
	Total com Incentivo			33			

No geral, o **desempenho** da Dinamarca melhorou significativamente, obtendo 32 pontos dos 36, representando uma melhoria de 12 pontos. Este aumento deveu-se ao facto de ter melhorado a sua composição de portefólio, ter anunciado atempadamente os compromissos de AGO, e melhorias no uso dos sistemas nacionais. Assim, a Dinamarca conseguiu alcançar a classificação do desempenho de **“Muito Bom”**.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, a Dinamarca melhorou bastante o seu desempenho, através do aumento da proporção de AGO de 15%, em 2010 para 27%, em 2011, e do Apoio Programático de 40, em 2010, para 87%, em 2011.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, notou-se que a Dinamarca manteve um bom desempenho em todos os indicadores.

Sobre o **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se o cumprimento em 100% do uso dos sistemas nacionais.

No que concerne ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, permanece o desafio para Dinamarca de reduzir as suas duas Unidades de Implementação de Projectos.

A Dinamarca diminuiu o seu volume de Ajuda em 28 Milhões de dolares, representado um decréscimo de 37%, tendo desembolsado 47 Milhões de dolares em 2011. A Dinamarca é por consequência classificada como doador “MÉDIO”, contraria a classificação de ano passado em que a colocava com “GRANDE” doador. De notar que, a Dinamarca teve direito a um ponto de bónus, por ter atualizado a base de dados ODAMoz conforme o manual.

3.12. Espanha

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL Espanha							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTO S 2011	PONTO S 2010 sem inc	REAL 2010	VARI AÇÃO PONT OS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	52%	3	3	44	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	89%	4	4	82	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	dentro do trimestre	1	0	Não	1
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	72	N/A	N/A		N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%					N/A
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM					
12 a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	97%	2	2	86%	0
12 b	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	82%	1	1	86%	0
12 c	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	97%	2	2	86%	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b</i>	75%	82%	2	2	86%	0

	<i>de Paris).</i>						
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseli ne 2007 mais 10%	100%	2	2	100%	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	0%	1	0	0%	1
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	0	n/a	n/a	n/d	0
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	1	0	0	1	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	54	1	0	n/d	1
20	% da CT sectorial	25%	100	1	1	60	0
	Total			31	28	n/d	+3
	Incentivos			1			
				32			

No geral, o **desempenho** da Espanha incrementou em três pontos (28, em 2010 para 31, em 2011) dos 36 possíveis, sendo 86%, em 2011. Este crescimento deve-se a melhoria do desempenho nos desembolsos atempados (indicador 5), no indicador 16 das missões conjuntas e no indicador 19 sobre a Cooperação Técnica em relação ao ano 2010. Deste modo, a Espanha alcançou a classificação do desempenho de “Médio Alto”, igual a classificação do ano passado.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, a Espanha apresentou um bom desempenho em 2011, cumprindo com todas as metas, igual a 2010. Mesmo tendo cumprido com as metas, a Espanha incrementou a sua contribuição de AGO de 44% para 52%, e a contribuição da Ajuda Programática de 82 para 89%.

Em relação a **PREVISIBILIDADE**, a Espanha melhorou o seu desempenho por ter desembolsado dentro do trimestre conforme o calendário de desembolsos. De notar que, a Espanha atrasou alguns dias para o desembolso dentro do mês. Quanto aos outros indicadores, todos foram cumpridos tal como em 2010.

Relativamente ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, a Espanha cumpriu com todos os indicadores e destaca-se uma subida da proporção da Ajuda de 86% para 97% que utiliza os sistemas nacionais de prestação de relatórios financeiros e de *procurement*, quando comparado com o ano 2010 (indicadores 12^a,b,c e 13)

Quanto ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, destaca-se o incremento da proporção da Cooperação Técnica e permanece ainda o desafio de incrementar o número de missões conjuntas.

A Espanha, tendo desembolsado cerca de 25 Milhões de USD, reduziu o seu volume de Ajuda em cerca de 8 Milhões de USD, representando assim uma diminuição de 24%. De notar que, a Espanha só tem direito a um ponto de bônus, por ter actualizado a base de dados ODAMoz conforme o manual.

3.13. Finlândia

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL Finlândia							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	27%	1	1	21%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	76%	4	4	85,70%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do mes	3	1	Dentro do trimestre	2
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	76	N/A	N/A	95%	N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		N/A	N/A		N/A
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	n/a	n/a	SIM	n/a
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	91	2	2	93	0
12b	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	29	0	1	65	-1
12c	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	29	0	0	20,5	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de procurement (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	64	0	1	65	-1
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	2	2		0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	0%	1	1	0	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%		n/a	n/a	17%	n/a

18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	18	0	2	100	-2
20	% da CT sectorial	25%	100	1	1	33	0
	Total			27	29		-2
	INCENTIVO			1			
	Total com Incentivo			28			

No geral, o **desempenho** da Finlândia decresceu em dois pontos (29 em 2010, para 27 em 2011) dos 36 possíveis, sendo 75%, em 2011. Esta perda de pontos deve-se ao menor desempenho nos indicadores 12b e 13 relacionados com o uso dos sistemas nacionais e no indicador 19 sobre a Cooperação Técnica. Deste modo, a Finlândia alcançou a classificação do desempenho de “Médio”, enquanto no ano passado conseguiu a classificação “Médio Alto”.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, a Finlândia apresentou um bom desempenho em 2011, cumprindo com a meta do indicador 2 sobre apoio Programático, igual a 2010. A Finlândia incrementou a sua contribuição de AGO de 21%, para 27%, e a contribuição da Ajuda Programática de 85 a 76%.

Em relação a **PREVISIBILIDADE**, a Finlândia melhorou o seu desempenho pelo desembolso dentro do mês conforme o calendário de desembolsos. Quanto aos outros indicadores, todos foram cumpridos tal como em 2010.

Relativamente ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, a Finlândia sofreu uma redução no uso dos sistemas nacionais em todos os indicadores.

Quanto ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, destaca-se também uma redução da proporção do volume de Cooperação Técnica que é coordenada, resultando no não cumprimento desta meta.

A Finlândia desembolsou 40 Milhões de USD e reduziu o seu volume de Ajuda comparado com 2010 com 5,5 Milhões de USD, representando um decréscimo em 12% e fica classificada como doador “MÉDIO” quanto ao volume de Ajuda. A Finlândia tem só direito a 1 ponto de bônus pela actualização da base de dados ODAMoz, conforme o manual.

3.14. França

TABELA DA PONTUACAO INDIVIDUAL França							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIACAO DOS PONTOS
1	% AGO no ODA[1] total dos PAPs.	40%	25%	1	0	18	1
2	% de Ajuda Programática no total de ODA desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de</i>	75%	25%	0	0	45	0

	<i>Paris</i>).						
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no mes para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do mes	3	1	Dentro do Trimestre	2
6	% do ODA dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com ODA programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	24	n/a	n/a		n/a
7	ODA desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%					0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	n/a	n/a	SIM	n/a
12a	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	25%	0	1	70	-1
12b	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	47%	26%	0	0	37	0
12c	.% do ODA desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	48%	0	1	69	-1
13	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	65%	0	1	58	-1
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baselin e 2007 mais 10%	100%	2	1	50	1
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	60%	1	1	50%	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	67%	n/a	n/a		n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	84%	2	0	21	2
20	% da CT sectorial	25%	0%	0	0	6	0
	Total			22	19		3

	INCENTIVO			1			
	Total com Incentivo			23			

No geral, o **desempenho** da França incrementou em três pontos (19 em 2010, para 22 em 2011) dos 36 possíveis, sendo 61%, em 2011. Esta subida de pontos deve-se a uma melhoria no desempenho no indicador 1 sobre a proporção da Ajuda desembolsada através do AGO, indicador 5 sobre o desembolso do AGO no mês para o qual foi calendarizado e o indicador 19 sobre a Coperação Técnica coordenada. Os pontos ganhos são superados pelas perdas de alguns pontos nos indicadores relacionados com o uso dos sistemas nacionais, tal como indicadores 12a, b, c e 13. Deste modo, a França manteve a classificação do desempenho de “Médio baixo” tal como em 2010.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, a França melhorou o seu desempenho, tendo cumprido com todos os indicadores.

Em relação a **PREVISIBILIDADE**, a França a melhorou o seu desempenho por ter desembolsado dentro do mês conforme o calendário de desembolsos, tendo cumprido com todos os indicadores.

Relativamente ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, a França sofreu uma redução no uso dos sistemas nacionais em todos os indicadores. No entanto, permanece o desafio da França em assegurar que os Projectos aumentem o uso dos sistemas nacionais .

Quanto ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, destaca-se o facto de a França ter cumprido com todos os indicadores exceptuando o indicador sobre a Cooperação Técnica coordenada.

A França desembolsou 17,5 Milhões de USD e reduziu o seu volume de Ajuda comparado com 2010 em 28 Milhões de USD, representado um decréscimo de 62%, classificando-se assim como doador “PEQUENO” contra “MÉDIO” do ano passado. A França ganhou só um ponto de bônus por ter actualizado a base de dados ODAMOZ conforme o manual.

3.15 Países baixos

TABELA DA PONTUACAO INDIVIDUAL PAÍSES BAIXOS							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONT OS 2011	PONT OS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIA CAO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	49%	3	2	37%	1
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	89%	4	4	84%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0

4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	NÃO	0	3	SIM	-3
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do mes	3	3	Dentro do Mês	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	96%	N/A	N/A	98%	N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		N/A	N/A		0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	NÃO	N/A	N/A	SIM	0
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	100	2	2	98	0
12b	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>)	47%	49	1	0	37	1
12c	.% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>)	75%	100	2	2	98	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	100	2	2	96	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	2	2	100	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	15%	0%	1	50	-1
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	100%	N/A	N/A	100%	0
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	100	2	2	100	0
20	% da CT sectorial	25%	41	1	1	44	0
	Total			32	34		-2
	INCENTIVO			1			
	Total com Incentivo			33			

No geral, o **desempenho** dos Países Baixos diminuíram ligeiramente em 2 pontos comparado com 2010, tendo obtido 32 pontos dos 36 possíveis, representando um desempenho geral de 89%. Esta diminuição deveu-se ao facto de não ter anunciado

atempadamente o seu compromisso para AGO 2012, em 2011 (indicador 4) e o aumento das missões individuais (indicador 16). Em contrapartida, melhorou o desempenho relacionado com o indicador 12b (uso dos sistemas de auditoria).

Em relação a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, os Países Baixos cumpriram em ambos indicadores, tendo incrementado a sua proporção de AGO de 37%, em 2010 para 49%, em 2011 e a sua proporção de Apoio Programático de 84%, em 2010 para 89%, em 2011.

Quanto a **PREVISIBILIDADE**, foram cumpridos todos os indicadores, exceptuando o indicador relacionado com o anúncio atempado dos compromissos.

Relativamente ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, nota-se com satisfação o bom desempenho no uso dos sistemas nacionais, aliás, os Países Baixos conseguiram, como único PAP, usar 100% dos seus fluxos de Ajuda pelos sistemas nacionais de execução orçamental, relatórios financeiros e *procurement*.

No que diz respeito ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, referir que houve um ligeiro decréscimo das missões conjuntas, de 50%, em 2010 para 15%, em 2011 (das 13 missões só 2 foram conjuntas). Em contrapartida reduziu o desempenho sobre a Cooperação Técnica coordenada de 76%, em 2010 para 39%, em 2011.

Apesar de ter reduzido o seu volume de Ajuda em 18%, (sendo 13 Milhões de USD), os Países Baixos mantiveram os desembolsos no valor de 60,6 Milhões de USD. Assim, classificando-se como doador “GRANDE”, tal como o ano passado.

Os Países Baixos tem direito a 1 ponto de incentivo, por ter actualizado a base de dados ODAMOZ conforme o manual.

3.16. Irlanda

TABELA DA PONTUACAO INDIVIDUAL Irlanda							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentiv	REAL 2010	VARIACAO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	33%	2	2	32%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	92%	4	4	92%	0
3	% de PAPs com acordos multi- anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do mes	3	3	Dentro do Mês	0

6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	92	n/a	n/a	68	n/a
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%					0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	n/a	n/a	SIM	n/a
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	92%	2	2	91%	0
12b	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	76%	2	2	89%	0
12c	%. do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	91%	1	1	89%	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	76%	2	2	89%	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	2	2	100%	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	33%	1	1	100%	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	100%	n/a	n/a	0	n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	96%	2	2	92	0
20	% da CT sectorial	25%	100%	1	1	92	0
	Total			35	35		0
	INCENTIVO			2			
	Total com Incentivo			37			

No geral, o **desempenho** da Irlanda manteve-se em cerca de 35 pontos quando comparado com o ano 2010, apenas não cumpriu o primeiro indicador sobre a proporção de AGO. Não obstante, ter apresentado um desempenho positivo nos indicadores 1, 12^a, 12c, 19.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, apesar de não ter atingido a meta, a Irlanda melhorou a sua proporção de AGO de 32 a 33%, (contra 40% da meta). A proporção de Apoio Programático manteve-se em 92%.

Sobre a **PREVISIBILIDADE**, a Irlanda registou um bom desempenho em todos os indicadores tendo atingido todas as metas.

Em relação ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, a Irlanda cumpriu com todas as metas, contudo, destaca-se a diminuição da proporção de Ajuda que utiliza os sistemas nacionais de prestação de relatórios financeiros e de *procurement* de 89 a 86%.

Quanto ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, destaca-se o incremento da proporção da Cooperação Técnica. Quanto às missões a Irlanda realizou 3 missões na qual uma foi conjunta. Dado que o número das missões é inferior a 7, a Irlanda tem direito a um ponto.

A Irlanda desembolsou cerca de 50 Milhões de USD em 2011, tendo aumentado a sua ajuda com 7%, que representa um incremento de 3,4 Milhões de USD. A Irlanda tem direito a 2 pontos, por ter incrementado o volume da ajuda e atualizado a base de dados ODAMOZ, conforme o manual.

3.17. Itália

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL ITÁLIA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIACAO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	51%	3	2	25%	1
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	85%	4	4	86%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	dentro do trimestre	1	1	Dentro do Trimestre	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	85	N/A	N/A	66	n/a
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		N/A	N/A		0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem exceções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0

11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	N/A	N/A	SIM	0
12 a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	100	2	2	97	0
12 b	. % do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	66	1	0	30	1
12c	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	56	0	2	89	-2
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i>	75%	87	2	2	97	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	200%	2	100	0
16	% do total das missões que são conjuntas	40%	0%	1	0	0%	1
17	% de trabalho analítico que é coordenado	66%	0%	n/a	n/a	0%	n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	Zero ou número reduzido	3	0	2	0	-2
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados	55%	15	0	0	32	0
20	% da CT sectorial	25%	100	1	0	15	1
	Total			28	26		2
	INCENTIVO			1			
	Total com Incentivo			29			

O **desempenho** da Itália foi bom, tendo crescido em dois pontos (26 em 2010 para 28 em 2011). A evolução da Itália é positiva, e ganhou pontos nos indicadores 1,12a,12b (Vide a tabela anterior).

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, a Itália teve um desempenho positivo quando comparado com o ano 2010. Em 2011 incrementou a sua proporção de AGO na AOD [1] total dos PAPs”, de 25, em 2010 para 51%, em 2011, em contrapartida a proporção de Ajuda Programática no total de AOD baixou de 86 para 85%.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, o desempenho da Itália foi bom, e ficou como desafio melhorar o desempenho do indicador 5 “Desembolso do compromisso de AGO de acordo com a programação mensal de desembolsos acordado com o GdM”. Todos os outros indicadores foram cumpridos e destaca-se o aumento da Ajuda registada no OE de 66 para 86%.

Relativamente a **CONSOLIDAÇÃO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se a subida da proporção de Ajuda que utiliza os sistema nacionais de auditoria, contudo, registou-se uma redução da Ajuda que usa os sistemas de prestação de relatórios financeiros.

Quanto ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, destaca-se o aumento da proporção da Cooperação Técnica sectorial. Itália realizou 6 missões individuais, dando direito a um ponto uma vez que é inferior a 7 missões.

Sobre o volume da Ajuda, a Itália reduziu o seu volume de 25,6, em 2010, para 18,4 Milhões de USD em 2011, um decréscimo de cerca de 7,2 Milhões de USD, representado uma diminuição de 28%. A Itália fica assim classificada como um doador “PEQUENO”. A Itália tem direito só a um bônus por ter actualizado a base de dados ODAMOZ conforme o manual.

3.18. Noruega

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL Noruega							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIACÃO DOS PONTOS
1	% AGO no ODA[1] total dos PAPs.	40%	53%	3	3	52	0
2	% de Ajuda Programática no total de ODA desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	76%	4	2	73	2
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	NÃO	0	3	SIM	-3
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do mes	3	3	dentro do mes	0
6	% do ODA dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com ODA programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%		N/A	N/A		0
7	ODA desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		N/A	N/A		0
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	N/A	N/A	SIM	N/A
12a	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	73	0	1	72	-1
12b	% do ODA desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	53	1	1	52	0
12c	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>).	75%	73	1	1	68	0
13	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	73	1	1	68	0

15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	2	0	38	2
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	0	1	1	0	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	0	n/a	n/a	0	n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	100	2	2	100	0
20	% da CT sectorial	25%	100	1	1	26	0
	Total			29	29	28	-2
	INCENTIVO			1			
	Total com Incentivo			30			

O **desempenho** da Noruega manteve-se igual ao ano passado, tendo obtido 29 pontos dos 36 possíveis (contra 29, em 2010), representando 81%. A Noruega melhorou o seu desempenho nos indicadores 2, sobre a proporção de Ajuda programática, e o indicador sobre o pagamento dos impostos. Estas melhorias são superadas pela perda de pontos ligados ao indicador 4, pelo facto de não ter anunciado os seus compromissos de AGO para o ano 2012 dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) 2011. A Noruega, manteve a classificação do desempenho de “Médio Alto” tal como no ano passado. A Noruega conseguiu obter um ponto de bónus pela actualização atempada da base de dados ODAMoz, tendo direito a 30 pontos.

Em relação a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, a Noruega conseguiu cumprir com ambos indicadores, ou seja incrementou a proporção de AGO de 52%, em 2010 para 53%, em 2011 e Apoio Programático de 73, em 2010, para 76% em 2011.

Quanto a **PREVISIBILIDADE**, a Noruega cumpriu com todos os indicadores, menos o indicador relacionado com o anúncio atempado dos compromissos para o AGO.

Relativamente ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se o cumprimento do indicador sobre auditoria, e permanece o desafio de cumprir com os outros indicadores sobre o uso de sistemas nacionais (indicadores 12a, c e 13, de notar que, existe uma evolução positiva com um incremento de 68 para 73% nestes indicadores.

No que diz respeito ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, de referir que a Noruega manteve o mesmo desempenho, cumprindo com todos os indicadores. De notar que, a Noruega organizou duas missões conjuntas. Dado que o número de missões foi inferior a 7, a Noruega tem direito a um ponto adicional.

A Noruega reduziu o seu volume de Ajuda até 64,9 Milhões de USD, uma diminuição de 2,4 Milhões de USD, representando um decréscimo de 4%, mantendo assim, a sua classificação de doador “**GRANDE**”, tal como o ano passado. A Noruega recebeu um ponto de bónus por ter actualizado a base de dados ODAMOZ atempadamente, conforme o manual.

3.19. Portugal

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL PORTUGAL

No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIACAO DOS PONTOS
1	% AGO no ODA[1] total dos PAPs.	40%	13%	0	0	12%	0
2	% de Ajuda Programática no total de ODA desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	18%	0	4	87%	-4
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	NÃO	0	0	NÃO	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	0	NÃO	3
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	NÃO	0	0	NÃO	0
6	% do ODA dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com ODA programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	40%	n/a	n/a	26%	n/a
7	ODA desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		n/a	n/a		n/a
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM	n/a	n/a	SIM	n/a
12a	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	18%	0	2	87	-2
12b	%.do ODA desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>)	75%	13%	0	1	87	-1
12c	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>)	47%	16%	0	2	87	-2
13	% do ODA desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	55%	0	2	87	-2
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baselin e 2007 mais 10%	100%	2	2	100	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	33%	0	0	22%	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	60%	n/a	n/a	71%	n/a
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	18	0	0	17	0
20	% da CT sectorial	25%	10	0	0	16	0

	Total			12	20		-8
--	--------------	--	--	----	----	--	----

Em geral, o **desempenho** de Portugal diminuiu em termos de pontuação em 8 pontos comparado com 2010, tendo obtido 12 pontos dos 36 possíveis em 2011, sendo 33%. Este decréscimo deveu-se ao facto de ter perdido pontos no indicador 2 relacionado com a proporção de Ajuda Programática e os indicadores sobre o uso dos sistemas nacionais, a saber 12a, b, c e 13. A perda de pontos esta relacionada com o crédito concecional que foi desembolsado ao GdM em 2010 num valor de 92 Milhões de USD, considerado como Apoio Programático porque foi destinado a financiar a implementação do PARP, seguindo todos os procedimentos e sistemas nacionais. Neste ambito, Portugal conseguiu uma alta proporção de Apoio Programático (indicador 2) e uso de sistemas nacionais (indicadores 12a, b, c e 13) em 2010. Conforme indicado no capítulo 2.2, as condições da linha de crédito sofreram alterações em 2011, assim, o GdM não tomou em consideração para 2011, reduzindo consequentemente o desempenho nos respectivos indicadores.

Portugal melhorou o desempenho no indicador 4, sobre o anúncio atempado dos compromissos para AGO, contudo, os pontos ganhos não superaram a perda dos pontos. Deste modo, Portugal ficou classificado com desempenho **“Fraco”**, ao contrário da classificação de **“Médio Alto”** obtida no ano passado .

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, Portugal perdeu pontos relacionados com a proporção de Apoio Programático de 87% para 19%, a proporção de AGO incrementou ligeiramente de 12%, em 2010, para 13%, em 2011.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, destaca-se a melhoria no desempenho do indicador 4 relacionado com o anúncio atempado dos compromissos para AGO. No entanto, permanece como grande desafio assegurar o desembolso segundo o calendário de desembolsos dos compromissos de AGO.

Sobre o **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, conforme indicado, destaca-se o facto de que nenhuma meta do uso dos sistemas nacionais foi cumprida.

No que concerne ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, nota-se que Portugal incrementou a proporção das missões conjuntas, sendo 3 das 9 missões, ou seja, 33% são conjuntas, aproximando a meta de 40%. Quanto a Cooperação Técnica, permanece também o desafio de aumentar a respectiva coordenação.

Portugal diminuiu os seus fluxos de Ajuda em 95 Milhões de USD, esclarecido pela linha de crédito excecional de 92 Milhões de USD concedido em 2010, assim, o volume de Ajuda de Portugal diminuiu em 85% e foi classificado de novo como doador **“PEQUENO”**, quanto ao volume da sua ajuda.

3.21. Suíça

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL SUÍÇA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	30%	2	2	37%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos	75%	79%	4	4	84%	0

	PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).						
3	% de PAPs com acordos multi- anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	3	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	Dentro do Mês	3	3	Dentro do Mês	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	78%	N/A	N/A	77%	N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90- 110%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM	SIM			SIM	0
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	79	2	2	98	0
12b	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	67	1	0	37	1
12c	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	42	0	2	98	-2
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	79	2	2	96	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	100%	2	2	100	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	33%	1	1	0%	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	0%	N/A	N/A	50%	N/A
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados	55%	92	2	2	100	0

	(Indicador 4 de Paris)						
20	% da CT sectorial	25%	100	1	1	44	0
	Total			33	34		-1
	Incentivo			1			
	Total			34			

No geral, o **desempenho** da Suíça diminuiu a pontuação em 1 ponto comparado com 2010, tendo obtido 33 pontos dos 36 possíveis em 2011, sendo 89%. Este decréscimo deveu-se ao facto de ter perdido pontos no indicador 12b sobre a AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros. Apesar de terem ganho um ponto no uso dos sistemas de auditoria, não chegou a contrabalançar a perda dos pontos do indicador 12b. Deste modo, a Suíça alcançou a classificação do desempenho de “Muito Bom”, igual a classificação do ano passado.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, mesmo não tendo perdido pontos a Suíça reduziu ligeiramente a proporção de AGO de 37 para 30%, tal como ao Apoio Programático de 84 para 79%.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, destaca-se que a Suíça manteve um desempenho positivo em relação a previsibilidade, cumprindo com todas as metas. Permanece como desafio a inscrição dos Projectos no OE.

Sobre o **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se o aumento da utilização dos procedimentos nacionais de auditoria mas surge como desafio, a necessidade de melhoria do uso dos sistemas nacionais e uso dos relatórios financeiros (devido aos requisitos de relatórios financeiros adicionais nos FC de ProSaúde e AT).

No que concerne ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, nota-se que Suíça cumpriu com todos os indicadores exceptuando o indicador sobre as missões conjuntas, mas existe uma evolução positiva de 0 para 33%. A Suíça tem direito a 1 ponto neste indicador, dado que realizou só 3 missões. Segundo a NT os países com menos de 7 missões recebem um ponto. A Suíça realizou um trabalho analítico que não foi conjunto.

Quanto ao volume de Ajuda, a Suíça ficou classificada como doador “**MÉDIO**” tal como em 2010. Nota-se que a Suíça diminuiu o seu volume de ajuda em 1,5 Milhões de USD, representado uma diminuição de 6%, pelo que , não tem direito ao incentivo do volume. Em contrapartida ganhou um bónus por ter actualizado a base de dados ODAMAZ, conforme o manual.

3.20. Suécia

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL SUÉCIA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIACAO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	57%	3	3	64	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (Indicador 9 de Paris).	75%	76%	4	4	76	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	3	SIM	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual	100%	SIM	3	3	SIM	0

	(RA) no ano n.						
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	dentro do trimestre	1	1	Dentro do Trimestre	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	89%	N/A	N/A	77%	N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		N/A	N/A	N/A	N/A
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	SIM	2	2	SIM	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM		N/A	N/A		N/A
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	64%	0	1	74	-1
12b	% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	57%	1	1	65	0
12c	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	64%	0	1	74	-1
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	74.2%	1	1	74	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baselin e 2007 mais 10%	69%	0	2	100	-2
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	0%	1	1	50	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%		N/A	N/A		N/A
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	0	2	2	0	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	72%	2	2	55	0
20	% da CT sectorial	25%	68%	1	1	44	0
	Total			27	31		-4
	Incentivo			2			
	Total			29			

No geral, o **desempenho** da Suécia diminuiu a pontuação em 4 pontos comparado com 2010, tendo obtido 27 pontos dos 36 possíveis em 2011, sendo 75%. Este decréscimo deveu-se ao facto de ter perdido pontos nos indicadores 12a, b e c sobre o uso dos sistemas nacionais e no indicador 15 sobre o pagamento dos impostos. Deste modo, a Suécia alcançou a classificação do desempenho de **“MÉDIO”**, ao contrário da classificação de **“MUITO BOM”** do ano passado.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, mesmo não tendo perdido pontos, a Suécia reduziu ligeiramente a proporção de AGO de 64 para 57%. A proporção do Apoio Programático mantém-se em 76%.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, observa-se que a Suécia manteve um desempenho positivo em relação a previsibilidade. Permanece o desafio de melhorar ainda os desembolsos atempados. De notar que a Suécia falhou o desembolso dentro do mês em apenas alguns dias.

Sobre o **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se a diminuição na utilização dos procedimentos nacionais dos sistemas de Gestão de Finanças Públicas. O incremento no uso dos sistemas nacionais para os Projectos permanece um desafio para Suécia.

No que concerne ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, nota-se que a Suécia cumpriu com todos os indicadores menos o indicador sobre as missões conjuntas. Dado que a Suécia realizou só uma missão tem direito a um ponto conforme a NT que indica que os países com menos de 7 missões recebem um ponto. Suécia realizou um trabalho analítico que não foi conjunto.

Quanto ao volume, a Suécia desembolsou em 2011, 104 Milhões de USD sendo dos 19 PAPs o terceiro doador mais grande. A Suécia é classificada como doador **"MUITO GRANDE"** tal como em 2010. Nota-se que a Suécia incrementou o seu volume de Ajuda em cerca de 22 Milhões de USD, representado um incremento de 27%, assim, tem direito a um incentivo do volume de Ajuda. A Suécia também ganhou um bônus por ter actualizado a base de dados ODAMOZ, conforme o manual.

3.22 Nações Unidas (NU)

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL NU							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivos	REAL 2010	VARIACAO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	0%	0	0	0%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	3%	0	0	4%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	SIM	3	0	NAO	+3
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	SIM	3	0	SIM	+3
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	NÃO	N/A	N/A	NÃO	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	36%	N/A	N/A		N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		N/A	N/A	N/A	N/A

8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	NÃO	0	0	NÃO	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	NÃO	0	0	NAO	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM		N/A	N/A		N/A
12 a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	3%	0	0	0	0
12 b	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	47%	3%	0	0	0	0
12c	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	3%	0	0	0	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	3%	0	0	0	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseline 2007 mais 10%	%	2	2	N/D	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	21 %	0	1	50	-1
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	29%	N/A	N/A		N/A
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	1	1	2	3	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	2%	0	0	N/D	0
20	% da CT sectorial	25%	100%	1	0	N/D	+1
	Total			11	4		+7
	Incentivo			1			
	Total			12			

Odesempenho das Nações Unidas aumentou em termos de pontuação em 5 pontos comparado com 2010, tendo obtido 9 pontos dos 36 possíveis em 2011, sendo 31%. Este incremento deve-se a finalização e adopção do UNDAF, que estabelece um programa de 3 anos para as Nações Unidas seguido pela redução das Unidades de Implementação de Projectos Paralelos. Deste modo, as Nações Unidas ficaram classificadas com desempenho "**FRACO**", tal e qual a classificação do ano passado.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, as Nações Unidas não desembolsam AGO, no entanto, já começaram a contribuir para os Fundos Comuns com uma proporção de 3% para o Apoio Programático em 2011.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, destaca-se que a Nações Unidas conseguiram entregar atempadamente os compromissos para os Fundos Comuns. Os outros indicadores não foram cumpridos.

Sobre o **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se a diminuição na utilização dos procedimentos nacionais dos sistemas de Gestão de Finanças Públicas através do uso dos Fundos Comuns. O uso dos sistemas nacionais para os Projectos permanece um desafio para Nações Unidas.

No que concerne ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, nota-se que as Nações Unidas diminuíram o número das Unidades de Implementação de Projectos Paralelos de 3, em 2010 par 1, em 2010. Entretanto, permanece como grande desafio das NU reduzir o número de missões e trabalhos analíticos individuais, dado que as Nações Unidas realizaram 32 missões, das quais 25% foram conjuntas. As Nações Unidas produziram também 42 trabalhos analíticos, que corresponde a 28% em conjunto.

Quanto ao volume de Ajuda, as Nações Unidas desembolsaram 126,5 Milhões de USD em 2011, sendo dos 21 Parceiros o terceiro doador mais grande e também incrementou a sua Ajuda em 49%, sendo 41,5 milhões de USD. As Nações Unidas foram classificadas como doador "MUITO GRANDE" tal como em 2010 e tem direito a um incentivo por ter incrementado o volume de Ajuda.

3.23 USAID

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL USAID							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2011	Real 2011	PONTOS 2011	PONTOS 2010 sem incentivo	REAL 2010	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% AGO no AOD[1] total dos PAPs.	40%	0%	0	0	0%	0
2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	0%	0	0	0%	0
3	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	NÃO	0	0	NÃO	0
4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	NÃO	0	0	SIM	0
5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	NÃO	N/A	N/A	NÃO	0
6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	36%	N/A	N/A		N/A
7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%		N/A	N/A		N/A
8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	SIM	NÃO	0	0	NÃO	0
9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	SIM	NÃO	0	0	NÃO	0
10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	SIM	SIM	1	1	SIM	0
11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	SIM		N/A	N/A		N/A
12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	0%	0	0	0%	0
12	%.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada	47%	0%	0	0	0%	0

b	usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>).						
12c	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	0%	0	0	0%	0
13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	0%	0	0	0%	0
15	% de fundos de projectos e de fundos comuns de ajuda ao GdM para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baselin e 2007 mais 10%	100%	2	0	N/D	0
16	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	N/D	0	2	50	0
17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	100%	N/A	N/A		N/A
18	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	Zero ou número reduzido	1	2	2	1	0
19	% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	2%	0	0	N/D	0
20	% da CT sectorial	25%	0%	0	0	N/D	0
	Total			5	5		0
	Incentivo			1			
	Total			6			

O **desempenho** da USAID manteve a pontuação como o ano passado, tendo obtido 5 pontos dos 36 possíveis em 2011, sendo 14%. Deste modo, a USAID ficou classificada com desempenho "**FRACO**", tal como no ano passado.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTEFÓLIO**, a USAID não desembolsa para o AGO, nem Apoio Programático e mantém 100% da sua ajuda desembolsada através de Projectos.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE, ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, observa-se que a USAID não cumpre com nenhum dos indicadores.

No que concerne ao **REFORÇO DA CAPACIDADE**, USAID não providenciou muita informação, pelo que , é difícil fazer uma análise.

Todavia, permanece como grande desafio para USAID, iniciar o uso dos sistemas do GdM para os Projectos; tal como anunciado em 2011.

Em relação ao volume dos desembolsos, a USAID destacou-se como o parceiro com maior volume de Ajuda em 2011, tendo desembolsado 445,5 Milhões de USD. Deste modo, representa um crescimento do volume de Ajuda de 207,7 Milhões de USD, ou seja 87%, pelo que , foi classificada como doador "**MUITO GRANDE**" tal como em 2010, e teve direito a um incentivo por ter incrementado o volume de Ajuda.

4. Comentários Finais e Conclusões

O GdM enaltece e reconhece a prontidão e esforços providenciados pelos PAPs no decurso da avaliação, nomeadamente os esclarecimentos as questões colocadas sobre o conteúdo dos Questionários. Contudo, o processo demonstra ser mais complexo e requer aprofundamento e melhorias contínuas. Por outro lado, constatou-se ser difícil aferir a fiabilidade de alguns dados tais como o número de Missões, Trabalho Analítico e Cooperação Técnica Conjunta, Unidades de Implementação de Projectos Paralelos (PIUs), Pagamento de Impostos e algumas definições carecem de maior clarificação resultando em interpretações diferentes.

Por esta razão, tal como referenciado nas avaliações dos anos passados, há uma necessidade urgente de mudar alguns dos indicadores do QAD dos PAPs. O QAD já está no seu sétimo ano de vigência e o contexto da Ajuda é muito dinâmico. Há dois acontecimentos recentes que são importantes para consideração durante a definição de um novo QAD. O primeiro, obviamente é o IV Forum de Alto Nível que decorreu em Busan, que destacou a necessidade de uma arquitectura da Ajuda mais inclusiva. O segundo, está relacionado com a decisão do GdM em usar os dados providenciados pela Base de Dados ODAMOZ para alimentar o processo da Planificação e Orçamentação.

Neste âmbito, iniciou em Fevereiro 2012 um processo de diálogo conjunto sobre os indicadores do QAD e foram identificados os indicadores a mudar com respectivas propostas. Coloca-se ainda para 2012 o desafio da finalização e adopção **conjunta** do novo QAD para os Parceiros com Notas Técnicas, incluindo definições claras.

No âmbito dos esforços em melhorar a previsibilidade da Ajuda, o GdM decidiu adoptar a Base de Dados ODAMOZ, já na sua segunda geração intitulada ODAMOZ 2, como instrumento de recolha dos dados para verificar a Componente Externa nos seus documentos de planificação e orçamentação (CFMP e OE). Assim, o Governo recomenda aos Parceiros a colocar uma atenção redobrada na qualidade da informação prestada na base de dados retro mencionada (mais especificamente na referência as Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs).

Quanto a recolha de informação para a realização da Avaliação do QAD, o GdM é de parecer que os PAPs forneçam informação consolidada ao GdM, que por sua vez, analisará os dados consolidados e uma apreciação conjunta terá lugar.

Para sustentar as últimas duas recomendações estas estão referenciadas ao indicador D-2 da Metodologia PEFA (**Informações financeiras fornecidas por parceiros para orçamento e relatório sobre ajuda para projectos e programas**), no qual nas 3 avaliações consecutivas, o País obteve a pontuação mais baixa sendo D⁴. E o relatório PEFA destaca a ausência de um relatório emitido pelos parceiros sobre os seus fluxos de Apoio aos Projectos e Programas. Sugere-se colocar este desafio aos Parceiros para melhorarem o desempenho neste indicador do PEFA. Uma recomendação poderia ser como afirmado anteriormente a de potenciar ainda mais o ODAMOZ como ferramenta para produzir estes relatórios, requerendo maior atenção dos parceiros sobre a informação providenciada ao ODAMOZ

⁴ Pontuação “D” implica que (i) Nem todos os principais dadores fornecem estimativas orçamentais para desembolso de ajuda a projectos, pelo menos para o exercício fiscal futuro do governo e pelo menos três meses antes do início dos projectos.
(ii) Os dadores fornecem relatórios trimestrais nos últimos 2 meses do trimestre sobre os desembolsos feitos para pelo menos 50% das estimativas de projectos financiados externamente no orçamento.

O GdM pretende, à luz da **Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Efectivo** estabelecer em 2012 um Grupo de Trabalho Técnico constituído por representantes dos diferentes intervenientes no contexto da Eficácia da Ajuda, nomeadamente, os Parceiros de Desenvolvimento, os Parlamentares, o Sector Privado e a Sociedade Civil. O Grupo Técnico será responsável pela elaboração de um Plano de Acção para Moçambique sobre assuntos da Eficácia da Ajuda ao longo dos anos 2012-2015, e também para sua Monitoria e Avaliação.

Neste contexto, coloca-se ainda mais dois desafios para os Parceiros designadamente a sua participação activa e construtiva na elaboração e adopção do plano de Acção mencionado, e o seu apoio no processo de estabelecimento de uma arquitectura de Ajuda mais inclusiva no quadro dos compromissos assumidos em Busan e a sua operacionalização através da elaboração e adopção do Código de Conduta.

Em conclusão coloca-se aos PAPs os seguintes desafios para 2012:

Assuntos de Atenção Especial, no Aide Memoire da Revisão Anual de 2012:

- I. Aprimorar, o assunto da previsibilidade no âmbito dos desembolsos atempados, tanto para Apoio Geral ao Orçamento como no âmbito dos Fundos Comuns;
- II. Incrementar o uso dos sistemas nacionais (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), em particular para a modalidade de Projectos;
- III. Prestar maior atenção ao objectivo do Reforço das capacidades (incluindo a redução das Missões individuais e o número de UIP)
- IV. Aprimorar, em conjunto, a estrutura dos grupos de trabalho prevista no Memorando de Entendimento à luz da nova abordagem do PARP 2011-2014, com objectivo de reduzir o número dos Grupos de Trabalho e os custos de transacção envolvidos;
- V. Estabelecer um mecanismo claro e transparente de gestão da Tranche Variável;
- VI. Elaborar, em conjunto, um novo Quadro de Avaliação dos Parceiros com as respectivas Notas Técnicas para o QAD dos PAPs, com objectivo de melhorar a qualidade das avaliações e monitorar a eficácia da Ajuda;
- VII. Providenciar maior atenção a qualidade da informação prestada na Base de Dados ODAMAZ (mais especificamente com referência às Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs, Fonte de Recursos, etc);
- VIII. Participar activamente na elaboração do Plano de Acção sobre a implementação dos Compromissos Assumidos no IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, realizada em Busan;
- IX. Prestar apoio multiforme ao processo de elaboração do Código de Conduta previsto na Política de Cooperação internacional; e
- X. Melhorar o fluxo de comunicação e entendimento público sobre os assuntos da eficácia da ajuda pela via de diálogos informais e realização de seminários.

Na base da informação usada no decurso do processo da avaliação dos PAPs o Governo de Moçambique considera que o desempenho dos mesmos como **“Satisfactorio”**.

ANEXOS:
Anexo 1: PAPs QAD 2011

Objectivos	Actividades	No	MATRIZ	Meta 2011	Real 2010	Real 2011	CLASIFICACÃO
Composição da Carteira	AGO (Apoio Geral ao Orçamento)	1a	PAPs individuais contribuem com pelo menos 40% para o AGO (como % do AOD para o Governo).	Sim	Não	Não	Não Cumprida
		1b	% AGO no AOD ⁵ total dos PAPs.	40%	38.5%	43%	Cumprida
	Ajuda Programática	2	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsado pelos PAPs (<i>Indicador 9 de Paris</i>).	75%	72%	72%	Não Cumprida
Previsibilidade	Alocação de fundos	3 ^a	% de PAPs com acordos multi-anuais não inferiores a 3 anos.	100%	89% - 2PAPs falharam	89% - 2PAPs falharam	Não Cumprida
		3b	Número de PAPs com programas rolantes e multi-anuais não inferiores a 3 anos.	3	Não aplicável	Não aplicável	
		4	Compromissos de AGO para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	84% - 3 PAPs falharam	84% - 3 PAPs falharam	Não Cumprida
	Desembolso	5	Desembolso do compromisso confirmado de AGO no ano fiscal para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	100%	11 PAPs falharam	63% - 7 PAPs falharam	Não Cumprida com progresso
	Total AOD ao Governo	6	% do AOD dos PAPs registada no orçamento do Estado comparado com AOD programado para o ano fiscal (<i>Indicador 3 de Paris</i>).	95%	99%	99%	Cumprida
		7	AOD desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO (<i>Indicador 7 de Paris</i>).	90-110%	97%	N/D	N/D
		8	% de PAPs com informação previsível sobre ajuda programática para o CFMP para 2 anos.	75%	100%	100%	Cumprida
	Condicionalismos	9	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO.	100%	100%	95%	Não Cumprida
		10	Número de PAPs sem excepções no Anexo10.	17	17	17	Cumprida
	Harmonização e alinhamento	Utilização dos sistemas de prestação de contas	11	Harmonização estrita entre os acordos bilaterais para o AGO e o MdE.	100%	N/D	84% (16/19)
12			% do AOD dos PAPs que utiliza os Sistemas de Gestão das Finanças Públicas do País (<i>Indicador 5a de Paris</i>).				

⁵ O ODA dos PAPs nesta matriz apenas inclui o ODA para o Governo

	do governo	12a	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de execução orçamental (<i>Indicador 5a de Paris</i>).	75%	72%	82%	Cumprida
		12b	.% do AOD desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria (<i>Indicador 5a de Paris</i>	47%	46%	54%	Cumprida
		12c	).% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (<i>Indicador 5a Paris</i>	75%	63%	67%	Não Cumprida com progresso
		13	% do AOD desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de <i>procurement</i> (<i>Indicador 5b de Paris</i>).	75%	73%	69%	Não Cumprida
		14	% dos programas sectoriais que cumpriram com os indicadores 12a, 12b e 13.	85%	N/D	N/D	N/D
		15	% de ajuda ao Governo para os quais são feitos pagamentos de impostos.	Baseli ne 2007 mais 10%	89%	95%	Não Cumprida
	Alinhamento	16a	% do total das missões que são conjuntas (<i>Indicador 10a de Paris</i>).	40%	21%	20%	Não Cumprida
		16b	Número total de missões.	<100	85	137	Não Cumprida
		17	% de trabalho analítico que é coordenado (<i>Indicador 10b de Paris</i>).	66%	65%	56%	Não Cumprida
	Reforço Institucional	Unidades de Implementação de Projectos	19	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas (<i>Indicador 6 de Paris</i>).	10	4	23
20			% da CT dos PAPs dada através de programas coordenados (<i>Indicador 4 de Paris</i>)	55%	37%	66%	Cumprida
Cooperação técnica (CT)		21	% da CT sectorial	25%	29%	22%	Não Cumprida

Anexo 2: Tabela 1B: Resumo do desempenho do grupo em 2011 (PAPs e Membros associados)

Anexo 3: Tabela 3.1A: Composição do Portefólio dos PAPs - 2011 em USD

Parceiros	AOD para o GdM						AOD Não-Gov					Total AOD para Moçambique (12) = 6+11
	AOD Programática			Projectos (4)	Apoio ao Governo Provincial (5)	AOD Total para GdM (6) = 3+4+5	Apoio ao sector privado (7)	ONGs nacional (8)	ONGs Internacional (9)	Outros (10)	Ajuda Não-Gov (11) = 7+8+9+10	
	AGO (1)	Programas sectoriais (2)	AOD Programática Total (3) = 1+2									
Alemanha	18.055.556	26.401.388	44.456.944	32.321.032	0	76.777.976	0	138.888	8.021.857	0	8.160.745	84.938.721
Áustria	4.444.444	694.444	5.138.889	176.439	0	5.315.328	0	17.205	195.625	0	212.830	5.528.157
BAD	30.760.800	0	30.760.800	27.226.868	0	57.987.668	0	0	0	0	0	57.987.668
Banco Mundial		7.872.767	7.872.767	93.506.533		101.379.300					0	101.379.300
Bélgica	4.166.667		4.166.667	8.033.983	0	12.200.650	0	0	5.047.692	434.739	5.482.431	17.683.081
Canada	15.151.515	70.203.153	85.354.668	3.131.313	0	88.485.981		199.976	7.466.406	0	7.666.382	96.152.363
União Europeia	65.277.777	15.386.285	80.664.062	32.923.514	0	113.587.576	0	1.325.743	9.119.543	219.950	10.665.236	124.252.812
DFID	135.483.871	48.032.258	183.516.129	4.274.194	0	187.790.323	5.128.594	4.151.335	3.056.327	0	12.336.256	200.126.579
Dinamarca	12.149.533	26.980.762	39.130.295	5.847.495		44.977.790	550.000	1.938.037	516.976		3.005.013	47.982.802
Espanha	9.722.222	6.944.444	16.666.667	964.583	1.041.667	18.672.917	0	0	6.092.915	0	6.092.915	24.765.832
Finlândia	9.722.200	17.361.111	27.083.311	8.408.400		35.491.711	0	3.958.300	694.400	0	4.652.700	40.144.411
França	2.777.778	0	2.777.778	8.136.708	0	10.914.486	0	53.472	190.386	6.351.747	6.595.605	17.510.091
Irlanda	15.277.800	27.500.000	42.777.800	694.500	3.050.000	46.522.300	486.000	2.361.000	486.000	278.000	3.611.000	50.133.300
Itália	5.555.556	3.750.000	9.305.556	1.666.667	0	10.972.222	0	0	5.006.808	2.444.834	7.451.642	18.423.865
Noruega	28.571.428	12.159.999	40.731.427	12.465.000	375.000	53.571.427	1.957.142	6.800.892	2.561.249	0	11.319.283	64.890.710
Países Baixos	25.000.000	20.555.556	45.555.556	4.770.833	359.722	50.686.111	2.738.889	2.159.722	5.031.944	0	9.930.555	60.616.666
Portugal	2.083.333	694.444	2.777.778	12.657.451	0	15.435.229	0	509.222	713.904	0	1.223.126	16.658.356
Suécia	48.686.244	16.692.133	65.378.377	20.520.190	0	85.898.567	1.225.271	203.246	13.615.560	3.244.300	18.288.377	104.186.944
Suíça	5.056.180	8.006.742	13.062.922	3.544.944	0	16.607.866	1.944.944	2.216.854	2.275.281	0	6.437.079	23.044.945
TOTAL	437.942.904	309.235.487	747.178.392	281.270.647	4.826.389	1.033.275.427	14.030.840	26.033.892	70.092.874	12.973.570	123.131.176	1.156.406.603

Tabela 3.1B: Composição do Portefólio dos PAPs com membros associados - em 2011 em USD

Parceiros	AOD para o GdM						AOD Não-Gov					Total AOD para Moçambique (12) = 6+11
	AOD Programática			Projectos (4)	Apoio ao Gov. Provincial (5)	AOD Total para GdM (6) = 3+4+5	Apoio ao sector privado (7)	ONGs nacional (8)	ONGs Internacion al (9)	Outros (10)	Ajuda Não-Gov (11) = 7+8+9+10	
	AGO (1)	Programas sectoriais (2)	AOD Programática Total (3) = 1+2									
Alemanha	18.055.556	26.401.388	44.456.944	32.321.032	0	76.777.976	0	138.888	8.021.857	0	8.160.745	84.938.721
Áustria	4.444.444	694.444	5.138.889	176.439	0	5.315.328	0	17.205	195.625	0	212.830	5.528.157
BAD	30.760.800	0	30.760.800	27.226.868	0	57.987.668	0	0	0	0	0	57.987.668
Banco Mundial	0	7.872.767	7.872.767	93.506.533	0	101.379.300	0	0	0	0	0	101.379.300
Bélgica	4.166.667		4.166.667	8.033.983	0	12.200.650	0	0	5.047.692	434.739	5.482.431	17.683.081
Canada	15.151.515	70.203.153	85.354.668	3.131.313	0	88.485.981	0	199.976	7.466.406	0	7.666.382	96.152.363
União Europeia	65.277.777	15.386.285	80.664.062	32.923.514	0	113.587.576	0	1.325.743	9.119.543	219.950	10.665.236	124.252.812
DFID	135.483.871	48.032.258	183.516.129	4.274.194	0	187.790.323	5.128.594	4.151.335	3.056.327	0	12.336.256	200.126.579
Dinamarca	12.149.533	26.980.762	39.130.295	5.847.495	0	44.977.790	550.000	1.938.037	516.976	0	3.005.013	47.982.802
Espanha	9.722.222	6.944.444	16.666.667	964.583	1.041.667	18.672.917	0	0	6.092.915	0	6.092.915	24.765.832
Finlândia	9.722.200	17.361.111	27.083.311	8.408.400	0	35.491.711	0	3.958.300	694.400	0	4.652.700	40.144.411
França	2.777.778	0	2.777.778	8.136.708	0	10.914.486	0	53.472	190.386	6.351.747	6.595.605	17.510.091
Irlanda	15.277.800	27.500.000	42.777.800	694.500	3.050.000	46.522.300	486.000	2.361.000	486.000	278.000	3.611.000	50.133.300
Itália	5.555.556	3.750.000	9.305.556	1.666.667	0	10.972.222	0	0	5.006.808	2.444.834	7.451.642	18.423.865
Noruega	28.571.428	12.159.999	40.731.427	12.465.000	375.000	53.571.427	1.957.142	6.800.892	2.561.249	0	11.319.283	64.890.710
Países Baixos	25.000.000	20.555.556	45.555.556	4.770.833	359.722	50.686.111	2.738.889	2.159.722	5.031.944	0	9.930.555	60.616.666
Portugal	2.083.333	694.444	2.777.778	12.657.451	0	15.435.229	0	509.222	713.904	0	1.223.126	16.658.356
Suécia	48.686.244	16.692.133	65.378.377	20.520.190	0	85.898.567	1.225.271	203.246	13.615.560	3.244.300	18.288.377	104.186.944
Suiça	5.056.180	8.006.742	13.062.922	3.544.944	0	16.607.866	1.944.944	2.216.854	2.275.281	0	6.437.079	23.044.945
USAID			0	212.522.957		212.522.957	11.650.095	11.650.095	209.701.712	0	233.001.902	445.524.859
Nações Unidas		4.000.000	4.000.000	108.408.560		112.408.560	1.897.636	7.784.161	3.373.879	1.068.611	14.124.287	126.532.847
TOTAL	437.942.904	313.235.487	751.178.392	602.202.163	4.826.389	1.358.206.944	27.578.571	45.468.149	283.168.465	14.042.181	370.257.365	1.728.464.309

Tabela 3.2: Composição do Portefólio dos PAPs com membros associados – Fundos Comuns - em 2011 em USD

PAPs	Gestão de Finanças Públicas	Reforma do Sector Público	Estatísticas Nacionais	Agricultura	Saúde	Educação	Impostos	Tribunal administrativo	HIV/SIDA	Água e Saneamento	Estradas	Acção Social	Pescas	Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas	Programa Nacional de Água e Saneamento Rural	Inspeção Geral das Finanças	Total
	UTRAFE	UTRESP	INE	PROAGRI	PROSAUDE II	FASE	ATA	TAA	CNCS	ASAS	PRISE	INAS	Pescas	PNPFD	PRONASAR	IGF	
Alemanha						22.222.222	2.361.111	1.111.111	706.944								26.401.388
Áustria				694.444													694.444
BAD Banco Mundial														7.872.767			0
Bélgica																	0
Canada		1.515.152	757.576	4.193.052	34.343.434	27.777.778	0	0	1.616.162								70.203.153
União Europeia					8.333.333						7.052.952						15.386.285
DFID					14.516.129	11.612.903	354.839		580.645		4.032.258	4.838.710			12.096.774		48.032.258
Dinamarca	3.738.318	1.420.561	897.196	0	7.102.804				747.664		2.616.822						16.523.364
Espanha					4.166.667	2.777.778											6.944.444
Finlândia				6.944.444		9.722.222		694.444									17.361.110
França																	0
Irlanda		417.000	0	1.041.600	18.750.000	6.110.000	0	0	902.780	0	0	0	0	277.800			27.499.180
Itália	555.556		694.444		1.111.111	1.388.889											3.750.000
Noruega	3.939.285	0	0	0	0	0	892.857	0	0	0	0	0	5.963.571	0	0	0	10.795.713
Países Baixos					9.722.222					3.472.222		1.805.556		1.388.889	4.166.667		20.555.556
Portugal			347.222			347.222											694.444
Suécia								2.472.952			10.664.312						16.692.133
Suíça					5.280.899		815.730								1.910.112		8.006.742
Total	8.233.159	3.352.712	2.696.438	12.873.540	103.326.599	81.959.014	4.424.537	4.278.507	4.554.194	3.472.222	24.366.344	6.644.266	5.963.571	9.539.456	18.173.554	3.554.869	297.412.982
USAID	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NU	0	0	300.000	0	1.700.000	1.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000.000		4.000.000
Total	8.233.159	3.352.712	2.996.438	12.873.540	105.026.599	82.959.014	4.424.537	4.278.507	4.554.194	3.472.222	24.366.344	6.644.266	5.963.571	9.539.456	19.173.554	3.554.869	301.412.982

Anexo 4: Tabela 4.1: Harmonização e condicionalismos

PAPs	Acordos plurianuais não inferiores a 3 anos (Ind. 3)	Compromisso de AGO 2012 feito 4 semanas após fim da RA em 2011 (Ind. 4)	Desembolso do compromisso AGO 2011 conforme o calendário de desembolsos (Ind. 5)	Compromissos dentro dos prazos estabelecidos no CFMP – 15/02 e 15/04 (Ind. 8)	Consegui atualizar ODAMOZ segundo o Manual do doador de ODAMOZ (Incentivo)	Aderência ao condicionamento comum do AGO (Ind. 9)	Sem exceções bilaterais no Anexo 10 (Ind. 10)	Novos acordos bilaterais de AGO perfeitamente harmonizados com o MdE (Ind. 11)	AGO comprometido desembolsado o inteiro no ano fiscal 2011
Alemanha	SIM	NÃO	dentro do trimestre	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Áustria	NÃO	SIM	Dentro do mes	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
BAD	SIM	SIM	Dentro do mes	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Banco Mundial	SIM	SIM	Dentro do mes	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM
Bélgica	SIM	SIM	dentro do trimestre	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Canada	SIM	SIM	Dentro do mes	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
União Europeia	SIM	SIM	dentro do trimestre	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM
DFID	SIM	SIM	Dentro do mes	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Dinamarca	SIM	SIM	Dentro do mes	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Espanha	SIM	SIM	dentro do trimestre	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Finlândia	SIM	SIM	Dentro do mes	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
França	SIM	SIM	Dentro do mes	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Irlanda	SIM	SIM	Dentro do mes	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Itália	SIM	SIM	dentro do trimestre	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Noruega	SIM	NÃO	Dentro do mes	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Países Baixos	SIM	NÃO	Dentro do mes	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Portugal	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Suécia	SIM	SIM	dentro do trimestre	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Suiça	SIM	SIM	Dentro do mes	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
USAID	n/a	n/a	n/a	SIM	NÃO	n/a	n/a	n/a	n/a
Nações Unidas	n/a	SIM	n/a	SIM	NÃO	n/a	n/a	n/a	n/a
Total PAPs (SIM)	17	16	(dentro do mes) 12	19	13	18	17	16	17
Porcentagem	89%	84%	63%	100%	68%	95%	89%	84%	89%

Anexo 4: Tabela 4.2: Uso dos sistemas do Governo em 2011 (valores em USD)

PAP's	AOD para o GdM registada no OE 2011 (Ind. 6)	AOD desembolsada para o GdM em 2011 usando os sistemas nacionais de execução orçamental - CUT (Ind. 12 a)	AOD desembolsada para o GdM que foi auditada usando apenas os sistemas nacionais de auditoria (TA) (Ind. 12 b)	AOD desembolsada para o GdM usando os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (TA) (Ind. 12 c)	AOD desembolsada para o GdM usando os sistemas nacionais de Procurement (Ind. 13)	AOD desembolsada ao GdM (idem ao 3.1 a G7)
Alemanha	49,735,725	43.750.000	21.527.778	18.055.556	21.527.778	76.777.976
Áustria	6,606,944	5.138.889	4.444.444	5.138.889	7.083.237	5.315.328
BAD	79,061,191	32.182.463	30.760.800	30.760.800	30.760.800	57.987.668
Banco Mundial	101,379,300	101.379.300	7.872.767	7.872.767	0	101.379.300
Bélgica	10,968,712	10.699.388	10.699.388	10.699.388	12.200.649	12.200.650
Canada	85,406,872	85.406.872	49.494.949	81.465.779	83.738.506	88.485.981
União Europeia	175,830,000	84.830.729	69.444.444	84.830.729	84.830.729	113.587.576
DFID	113,838,710	179.483.871	155.774.194	167.387.097	171.903.226	187.790.323
Dinamarca	43,335,902	31.950.436	12.149.533	44.921.715	44.977.790	44.977.790
Espanha	18,055,556	18.055.556	15.277.778	18.055.556	15.277.778	18.672.917
Finlândia	27,083,300	32.370.000	10.416.700	10.416.700	22.647.800	35.491.711
França	2,600,499	2.777.778	2.849.313	5.236.195	7.108.842	10.914.486
Irlanda	42,777,800	42.777.800	35.208.000	42.361.000	35.486.000	46.522.300
Itália	9,305,556	10.972.222	7.222.223	6.111.112	9.583.334	10.972.222
Noruega	38,474,285	39.367.142	28.571.428	39.367.142	39.367.142	53.571.427
Países Baixos	48,458,333	50.686.111	25.000.000	50.686.111	50.686.111	50.686.111
Portugal	84,493,583	2.777.778	2.083.333	2.430.556	8.517.593	15.435.229
Suécia	76,204,784	54.714.065	48.686.244	54.714.065	63.770.000	85.898.567
Suiça	12,921,349	13.062.921	11.152.809	6.966.292	13.062.921	16.607.866
Total	1,026,538,401	842.383.320	548.636.124	687.477.448	722,530,236	1,033,275,427
Estados Unidos	383.665.245	0	0	0	0	212.522.957
Nações Unidas	41.887.125	3.400.000	3.963.328	3.400.000	14.439.499	112.408.560
Total	1,452,090,771	845,783,320	552,599,452	690,877,448	736,969,734	1,358,206,944

Anexo 4: Tabela 4.3: Uso dos sistemas do Governo em 2011 (em percentagens do valor total desembolsado ao GdM)

PAPs	AOD para o GdM registada no OE 2011 (Ind. 6)	AOD desembolsada para o GdM em 2011 usando os sistemas nacionais de execução orçamental - CUT (Ind. 12 a)	AOD desembolsada para o GdM que foi auditada usando apenas os sistemas nacionais de auditoria (TA) (Ind. 12 b)	AOD desembolsada para o GdM usando os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (TA) (Ind. 12 c)	AOD desembolsada pra o GdM usando os sistemas nacionais de <i>Procurement</i> (Ind. 13)
Alemanha	65	57	28	24	28
Áustria	124	97	84	97	133
BAD	136	55	53	53	53
Banco Mundial	100	100	8	8	0
Bélgica	90	88	88	88	100
Canada	97	97	56	92	95
União Europeia	155	75	61	75	75
DFID	61	96	83	89	92
Dinamarca	126	71	27	100	100
Espanha	97	97	82	97	82
Finlândia	76	91	29	29	64
França	24	25	26	48	65
Irlanda	92	92	76	91	76
Itália	85	100	66	56	87
Noruega	72	73	53	73	73
Países Baixos	96	100	49	100	100
Portugal	547*	18	13	16	55
Suécia	89	64	57	64	74
Suiça	78	79	67	42	79
Total	99%	82%	54%	67%	69.9%
Estados Unidos	181	0	0	0	0
Nações Unidas	37	3	4	3	13
Total	107%	62.3%	41%	51%	54%

*: A linha de crédito e incluído no OE 2011, mas devida a situação económica de Portugal foram mudados as condições (contratação directa pelo Governo de Portugal), consequentemente nenhum valor foi desembolsado ao GdM em 2011.

Anexo 6: Tabela 6.1: Trabalho conjunto em 2011

Parceiros	Missões Totais (Ind. 16.a)	Missões Conjuntas	Missões Individuais	Trabalho Analítico Total	Trabalho Analítico Coordenado	Trabalho Analítico Não-Coordenado	% Missões Conjuntas (Ind. 16b)	% Trabalho Analítico Coordenado (Ind. 17)
Alemanha	9	2	7	3	3	0	22%	100%
Áustria	1	1	0	1	1	0	100%	100%
BAD	23	5	18	4	4	0	22%	100%
Banco Mundial	50	0	50	8	0	8	0	0
Bélgica	1	1	0	1	1	0	100%	100%
Canadá	1	1	0	0	0	0	100%	0
União Europeia	6	5	1	2	2	0	83%	100%
DFID	1	1	0	5	1	4	100%	20%
Dinamarca	1	1	0	0	0	0	100%	0
Espanha	0	0	0	0	0	0	0	0
Finlândia	2	0	2	2	2	0	0	100%
França	5	3	2	3	2	1	60%	67%
Irlanda	3	1	2	1	1	0	33%	100%
Itália	6	0	6	1	0	1	0	0
Noruega	2	0	2	0	0	0	0	0
Países Baixos	13	2	11	1	1	0	15%	100%
Portugal	9	3	6	9	6	3	33%	67%
Suécia	1	0	1	1	0	1	0	0
Suiça	3	1	2	1	0	1	33%	0
Total	137	27	110	43	24	19	20%	56%
Estados Unidos	N/D	N/D	N/D	Pelo menos 4	4	N/D	N/D	N/D
Nações Unidas	32	8	24	42	12	30	25%	29%
Total	169	55	125	Pelo menos 89	40	Pelo menos 49	21%	45%

Anexo 7: Tabela 7.1: Unidades de Implementação de Projectos Paralelos (UIPs) em 2011

PAPs	Número em 2011	Observação
Alemanha	0	
Áustria	1	"Provisão de Água e Sanitário", o projecto terminará em Marco 2012, tal como o PIU.
BAD	0	
Banco Mundial	16	Irão continuar ate fim dos respectivos projectos.
Bélgica	0	
Canada	0	
União Europeia	0	
DFID	0	
Dinamarca	2	No sector de Agricultura e o Ambiente
Espanha	1	O projecto dos Municípios. Razão: ao nível distrital o SISTAFE não é efectivo, por tanto esta PIU desaparecera quando os municípios sejam abrangidos pelo SISTAFE.
Finlândia	0	
França	0	
Irlanda	0	
Itália	3	Agricultura/Desenvolvimento rural; Saúde/Recursos Humanos; Construção e Sanitário
Noruega	0	
Países Baixos	0	
Portugal	0	
Suécia	0	
Suiça	0	
Total	23	
Estados Unidos	1	MCA: Millenium Challenge Account
Nações Unidas	2	PMA: Programa Mundial de Alimentos
Total	27	

Anexo 8: Tabela 8.1: Cooperação Técnica (CT) em 2011

PAPs	CT total	CT Coordenada			CT não Coordenada	% de CT sectorial (Fundos Comuns) (Ind. 21)	% de CT coordenada total (Ind. 20)
		Sectorial (=Fundos Comuns)	CT Coordenada fora dos Fundos Comuns	Total			
Alemanha	24.595.432	1.054.347	23.052.196	24.106.543	488.889	4	98
Áustria	34.722	34.722		34.722	0	100	100
BAD	4.859.903	0	1.903.609	1.903.609	2.956.294	0	39
Banco Mundial	495.984	495.984		495.984	0	n/d	n/d
Bélgica	331.878	0	134.662	134.662	197.216	0	41
Canada	2.977.246	2.490.208	487.038	2.977.246	0	84	100
União Europeia	6.716.951	498.134	0	498.134	6.218.817	100	7
DFID	4.553.629	4.225.000	256.048	4.481.048	72.581	94	98
Dinamarca	920.987	920.987		920.987	0	100	100
Espanha	365.211	198.611	0	198.611	166.600	100	54
Finlândia	3.823.090	701.389	0,00	701.389	3.121.701	100	18
França	3.420.530	0	2.873.308	2.873.308	547.222	0	84
Irlanda	901.776	866.776	0	866.776	35.000	100	96
Itália	2.888.723	443.889	0	443.889	2.444.834	100	15
Noruega	877.943	877.943		877.943	0	100	100
Países Baixos	4.352.987	1.805.556	2.547.431	4.352.987	0	41	100
Portugal	11.464.550	196.042	1.842.088	2.038.129	9.426.421	10	18
Suécia	1.559.167	758.259	362.587	1.120.846	438.321	68	72
Suiça	836.506	773.247	0	773.247	63.259	100	92
Total	75.977.214,7	16.341.093	33.458.966,7	49.800.060	26.177.154	22%	66%
Estados Unidos	N/D	N/A	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Nações Unidas	9.515.512	0	185.000	185.000	26.177.155	0	2%
Total	85.492.727	16.341.093	33.643.966	49.985.060	52.354.309	19%	33%

Anexo 9: Tabela 9.1 Impostos em 2011

PAPs	Montante desembolsado através Programas sectoriais (PS)	Montante dos PS's que não impõe isenção ao pagamento de impostos e direitos	Montante desembolsado através de projectos	Montante dos projectos que não impõe isenção ao pagamento de impostos e direitos	Montante total ajuda ao GdM	Montante total de ajuda ao GdM que não impõe isenção de pagamento de impostos e direitos	% da ajuda ao GdM que não impõe isenção de pagamento de impostos (Ind. 15)
Alemanha	26,401,388	26,401,388	32,321,032	32,321,032	76,777,976	76,777,976	100%
Áustria	694,444	694,444	176,439	176,439	5,315,328	5,315,328	100%
BAD	0	0	27,226,868	27,226,868	57,987,668	57,987,668	100%
Banco Mundial	7,872,767	7,872,767	93,506,533	93,506,533	101,379,300	101,379,300	
Bélgica	0	0	8,033,983	8,033,983	12,200,650	12,200,650	100%
Canada	70,203,153	70,203,153	3,131,313	3,131,313	88,485,981	88,485,981	100%
União Europeia	15,386,285	15,386,285	32,923,514	0	113,587,576	80,664,062	71%
DFID	48,032,258	48,032,258	4,274,194	4,274,194	187,790,323	187,790,323	100%
Dinamarca	26,980,762	26,980,762	5,847,495	5,847,495	44,977,790	44,977,790	100%
Espanha	6,944,444	6,944,444	964,583	964,583	17,631,250	17,631,250	100%
Finlândia	17,361,111	17,361,111	8,408,400	8,408,400	35,491,711	35,491,711	100%
França	0	0	8,136,708	8,136,708	10,914,486	10,914,486	100%
Irlanda	27,500,000	27,500,000	694,500	694,500	43,472,300	43,472,300	100%
Itália	3,750,000	3,750,000	1,666,667	1,666,667	10,972,222	10,972,222	100%
Noruega	12,159,999	12,159,999	12,465,000	12,465,000	53,196,427	53,196,427	100%
Países Baixos	20,555,556	20,555,556	4,770,833	4,770,833	50,326,389	50,326,389	100%
Portugal	694,444	694,444	12,657,451	12,657,451	15,435,229	15,435,229	100%
Suécia	16,692,133	6,103,861	20,520,190	9,931,918	85,898,567	64,722,023	75%
Suiça	8,006,742	8,006,742	3,544,944	3,544,944	16,607,866	16,607,866	100%
Total	309,235,487	298,647,215	281,270,647	237,758,861	1,028,449,039	974,348,981	95%
Estados Unidos	0	N/A	212,522,957	0	212,522,957	0	0%
Nações Unidas	4.000.000	4.000.000	108,408,560	75,650,754	112,408,560	79,650,754	71%
Total	85.492.727	16.341.093	33.643.966	49.985.060	52.354.309	1,053,999,735	78%

Questionnaire for “Mozambique Programme Aid Partners Performance: Review 2011”

Important Information

This questionnaire is for the purpose of the annual evaluation of Programme Aid Partners Performance, which includes associate members.

The aim of this questionnaire is, therefore, to collect information and data that is consistent with and can be used for both processes. For non PAPS, the standard OECD-DAC questionnaire will be used, as much of the information required for the PAPS Performance is not relevant for non PAPS.

We kindly ask you to return the questionnaires duly filled out and sent to the PAPS secretariat by **28th of February**

Interviews with all PAPS, associated members and the GoM will take place after reception of the questionnaire in the week of 5-14th of February. In these interviews, the answers to the questionnaires will be revised and other issues will be discussed. The PAPS will have the opportunity to redo the questionnaires.

The schedule for this study is very tight, for this, we need the full understanding and cooperation of all involved parties.

In case of questions please contact mpd.secretariado@yahoo.com or by phone: 827187750 (Hanifa Ibrahim) ou 823061379 (Sergio Hele).

Attached to this questionnaire are: (i) a questionnaire with qualitative questions, which need also to be answered; (ii) an identification of funds that are defined as programme-based sector aid; (iii) a note with technical information including exchange rates.

Thank you for your collaboration.

Identification of the Organization

Date:

Country:

Agency:

Address:
Phone number:
Fax number:
Person who filled the form (name/post):
Phone number (land line and mobile phone):
Email:
Supervisor/Person in Charge (name/post):
Phone number (land line and mobile phone):
Email:

1. Portfolio Composition

Aggregated portfolio composition: Commitments and Disbursements of ODA in 2011 (The tables 1A, 1B and 1C provide background information to calculate

answers for PAF indicators 1a); 1b); 2; 6); and 7)

Table 1A: ODA to the GoM committed and disbursed (in units of USD) for 2011

Aid Modality		Committed	Disbursed
1	Program Aid	#VALUE!	#VALUE!
1,1	General Budget Support	ODAMOZ	ODAMOZ
1,2	Programme-based Sector Aid - Fundos Comuns (see note 2 below)	ODAMOZ	ODAMOZ
1,3	Other support in the form of programmes	ODAMOZ	ODAMOZ
2	Project Aid	ODAMOZ	ODAMOZ
3	Support to Provincial Government (non - PBS)	ODAMOZ	ODAMOZ
4	Sub-Total ODA to GoM	#VALUE!	#VALUE!
5	Beyond Sub-Total ODA to GoM - part through other donors (see note 6 below)		

Note: This data should be available in ODAMoz. When filling out these items please cross check information available in ODAMoz and ensure that figures are equal.

Notes: (1) Please, make sure that you fill in the data in units of USD (for example, 10,000,000 instead of 10 million); (2) Programme-based sector aid includes only the sector common funds identified in the attached tables. If the PAP believes that other sector aid programmes qualify as programme-based sector aid given the OECD/DAC criteria, please present the case duly justified to the relevant reference group; (3) Use the same exchange rate for both disbursements and commitments as provided in the questionnaire’s technical notes (attached); (4) *Disbursement*: please put values disbursed directly to GoM for GBS, Programme Based Sector Aid and Other Support in the form of Programmes; (5) *Commitments*: for GBS and Programme Based Sector Aid, please put the amount committed. For Other Support in the form of programmes, project aid and support to provincial government please put figures scheduled for disbursement. (6) This question asks donors to report ODA which is channelled through another donor or multilateral agency at the country level in the context of silent partnership, delegated co-operation, multi-donor trust or similar arrangement. (7) Please do not fill any cell in orange, as they contain automatic formulas.

5. Please disaggregate the ODA to GoM through other donors

	Name of Project	Name of recipient GoM Institution	Donor through which disbursement is made	Value Disbursement 2011
	Total			0

Note: Please insert as many rows as necessary.

For item 1.1 only (GBS) in Table 1A (above), in case of difference between “Committed” and “Disbursed”, please explain the reasons for that.

Is the difference:

(a) Related to the Government of Mozambique (GoM)

i. Breaching of underlying principles (Y/N):

Please, specify:

ii. Others:

(b) Related to the donor (Y/N):
Please, specify:

(c) Other reasons:
Were the causes for the differences (as mentioned above) between commitments and disbursements:

(a) Discussed with the GoM ? (Y/N):

(b) Agreed with the GoM ? (Y/N):

(c) Discussed with other PAPs? (Y/N):

(d) Agreed with other PAPs? (Y/N):

Add additional explanatory information if necessary:

**Table 1B: Non-GoM AID disbursed (in units USD) for 2011
(beneficiary and executing agencies are non-GoM)**

Private Sector Support	
National NGOs	
International NGOs	
Agency Internal Costs	
Others (actions in direct implementation supporting other programmes"and project aid)	
Sub-Total non-GoM ODA	0

Notes: (1) Please, make sure that you fill in the data in units of USD; (2) Items in this table refer to primary beneficiaries and executing agencies. (3) If your agency provides AID to "others" than private sector, NGOs and internal agency costs, please write the specification for "others" in the allocated cell, and insert as many rows as necessary. Please do not fill cells in orange, as they contain automatic formula.

Add explanatory information if necessary:

2. Predictability

2.1 Multi-Year Indicative Commitments for GBS (PAF indicator 3)

Do you have a multi-year agreement with the GoM for GBS (Y/N)?	Which years are covered?	Does it include firm financial pledges and/or commitments?

Add additional information if necessary:

Please, add any details deemed relevant to clarify the answers given above:

2.2. Disbursements and the State Budget

2.2.1 Schedule of commitments and disbursements of GBS in 2011 (in units of USD) (PAF indicators 4 and 5)

	Yes	No	Explain
Were your financial commitments for GBS in 2012 made within 4 weeks after the JR in 2011?			Date of Financial commitment for 2012
Did your organization disburse all the committed funds for 2011 according to the disbursement schedule agreed?			Indicate date indicated in disbursement calendar and date of disbursement

Note: Answers will be cross checked with information provided by the Treasury.

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

2.2.2 ODA recorded in the budget in 2011 (in US\$) (PAF indicators 6 and 7)

	Value (in units of USD)	Explain
How much ODA was recorded in the budget?		
Is it possible to identify specific categories of items NOT recorded in the State Budget that should have been recorded? Please, indicate the items.		

Note: The points allocated to indicators 6 and 7 of the PAPs PAF (which require the information provided on the table above) will be excluded from the classification because the accuracy of the amounts recorded in the budget is not solely under PAPs responsibility. Hence, in cases of no compliance with the target it is difficult to know when it was due to PAPs or not. However, even if it is excluded from the classification, this issue is going to be discussed during the interviews and Government would like to have a detailed report by each PAP of inconsistencies regarding the record of ODA in the budget. In the final report, there will be a detailed note on this issue. Please use the exchange rates provided in **annexe iv**.

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

While GBS and CFs are recorded within internal revenues and get untransparent, projects should be listed per donor as part of the "external component". It is important to mention however that we did not find in the SB the exact list of projects we would have expected, according to our disbursements plan Within the inconsistencies, we want to mention:

- 1. projects that we do recognize, but whose amounts are incorrect (more or less than reality)**
- 2. projects that we do recognize, but that completed disbursements before 2011**
- 3. projects that we do not recognize**
- 4. projects that should be recorded, but are not**

2.3 Commitment for the MTEF (PAF indicator 8)

Was the commitment for the MTEF sent to the GoM ? ____ (Y/N) If the answer is Yes, please what date was it sent? _____
 If the answer is “No”, please explain Why:

Did you update 2011 information in ODAMOZ according to the Donor Manual of ODAMoz ? ____ (Y/N) If the answer is “No”, please explain Why:

2.4 Sectors

Of the key sectors with sector-aid programs in which you participate, please indicate.

2.4.1 Programme-based sector aid for 2011 (This table provides background information to answer PAF indicators 1a) 2) 12) 13) 14) and 15)

	SECTORS	Programme	How do you participate (A)	Funds disbursed (in units of USD) (B)	Have you delegated cooperation to another donor? (Y/N, specify donor)	Has another donor delegated cooperation on your organization? (Y/N, specify donor)	Where tax exemption conditions imposed? (Y/N)
1	Public Finance Management Public Sector Reform	UTRAFE					
2		UTRESP					
3	National Statistic	INE					
4	Agriculture	PROAGRI					
5	Health	PROSAUDE II					
6	Education	FASE					
7	Tax	ATA					
8	Tribunal Administrativo	TAA					
9	HIV/SIDA	CNCS					
10	Water and Sanitation	ASAS					

11	Roads	PRISE					
12	Acção Social	INAS					
13	Fisheries	FC-Pescas					
14	Decentralização	PNPFD					
15	Água e Saneamento rural	PRONASAR					
	TOTAL			0			

Notes: (A) Donor, Coordinating Donor or Observer. (B) Please put data only for programme-based aid (for example, agriculture: PROAGRI; health: ProSaude II, education: FASE). If the PAP believes that other sector aid programmes qualify as programme-based sector aid given the OECD/DAC criteria, please present the case duly justified to the focal point.

2.4.2 Project-based sector aid for 2011 (This table provides background information to answer PAF indicators 1a) 2) 12) 13) 14) and 15)

SECTORS (fill in the names of the sectors where your agency operates with projects)	Designation of the Project	How do you participate (A)	Funds disbursed (in units of USD) (B)	Have you delegated cooperation to another donor? (Y/N, specify donor)	Has another donor delegated cooperation on your organization? (Y/N, specify donor)	Where tax exemption conditions imposed? (Y/N)
TOTAL			0			

Notes: (A) Donor, Coordinating Donor or Observer. (B) Please put data only for project-based, example in agriculture - which is not PROAGRI, in Health -

which is not ProSaude II. Please fill in the sectors in which you are involved financing projects.

3. Harmonization and Alignment

3.1. Harmonization of conditionality

3.1.1 Common conditionality in 2011 (PAF indicator 9)

	Yes	No	Explain
Has your organization adhered to the common conditionalities of GBS as defined in the MoU?			
Has any particular event (or set of events) triggered a decision from your organization that in any way changed the amounts committed and disbursed and/or the schedule of disbursements? If yes please explain.			
Have the other PAPs agreed with your analysis of the problem and have they supported your decision?			
How did the GoM react to your decision?			

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

3.1.2 Annex 10 bilateral exceptions in the MoU in 2011 (PAF indicator 10)

	Yes	No	Explain
Does/did your organization have annex 10 exceptions in the MoU?			
Have you eliminated your annex 10 exceptions?			

Have you taken steps, or are taking steps, to eliminate annex 10 exceptions?			
--	--	--	--

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

3.1.3 Harmonization of bilateral agreements (PAF indicator 11)

Is your bilateral agreement strictly harmonized with the MoU? ___(Y/N) If the answer is “No”, please explain which aspects are not harmonized and what you intend to do about it:

We have been analyzing actual differences between our bilateral agreement and the MoU, in order to reach alignment in the next bilateral agreement cycle (2013/15)

Note: This indicator will not be counted for the ranking of PAPs but the information from the PAPs is still important.

3.2 Utilisation of government systems and reporting in 2011 (PAF indicators 12, 13 and 14)

		Amount (in units of USD)	Explain
	ODA that is disbursed according to national procedures of budget execution (i.e. executed by e-Sistafe) on CUT		
	ODA that is audited using ONLY national auditing systems.		
	ODA that requires ONLY national financial reporting systems.		
	ODA that utilises ONLY national procurement systems.		

Note: For common funds please fill in the information according to the criteria defined in the Sector Budget Support Assessment table (attached). This information will be cross checked and corrected by the consultants for consistency with the Sector Budget Support Assessment table. If you include non-programme based sector aid, please use the third column to specify the projects you have included. This information will be discussed during each PAP interview.

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

3.3 PAPs' joint work in 2011 (PAF indicators 16a) 16b) 17)

	Number	Other agencies involved - coordinated	Description
Joint missions (a)			
Total missions			
Coordinated Analytical (b)			
Total Analytical work undertaken			

Note:(a) Please, make sure that you list the joint missions and indicate the other agencies involved, such that we can avoid double counting. For this questionnaire joint missions and coordinated missions are the same thing. Joint missions can be understood as missions undertaken by one or more donors jointly or missions undertaken by one donor on behalf of another donor. (b) Please, make sure that you list the analytical work done and the other agencies involved, such that we can avoid double counting.

4. Capacity Strengthening

4.1 Number of parallel Project Implementation Units (PIUs) in 2011 (PAF indicator 19)

	Number	Sector	Other agencies involved
Number of parallel PIUs in place	0		
What do you intend to do with existing PIUs?			

Please, add any details deemed necessary to clarify the answers above:

4.2 Technical Cooperation (TC) in 2011 (PAF indicators 20 and 21)

Indicator	Amount (in Units of USD)	Comment
Total value of TC provided (coordinated and not coordinated)		
Total value of coordinated TC (= Total sector-wide coordinated TC provided + Total non sector-wide coordinated TC provided)	0,00	
Total sector-wide coordinated TC provided (= Comon Funds)		
Total non sector-wide coordinated TC provided (not Comon Funds)		

Note: For sector wide (common funds) TC provided please consider the percentages of TA component for each of the programme based sector aid, according to the Sector Budget Support Assessment table (attached). For non-sector wide coordinated TC please make sure you also provide information about sectors, other agencies involved and how you have calculated the respective amounts of coordinated TC provided. Put this information in the third column of the table (comment).

Please, add any details deemed necessary to clarify the answers above:

- A) "expert fund"
- B) % of "in loco funds" used for technical cooperation
- c) sum of % in common funds, ex-art. 15 components
- D) % of ex-art. 15 which is not a common fund